

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano CI • Nº 55

Poder Legislativo

Recife, quinta-feira, 28 de março de 2024

Atos

ATO Nº 1261/24

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 003120/2024, do **Deputado Gilmar Junior, Vice-Líder da Federação PT, PCdoB, PV**,
RESOLVE: exonerar **FELIPE NEGRAO DE MOURA**, do cargo em comissão de Assessor Especial de Liderança, símbolo PL-ASEL, a partir do dia 01 de abril de 2024, nos termos da Lei nº 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 27 de março de 2024.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 1262/24

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 003125/2024, do **Deputado Gilmar Junior, Vice-Líder da Federação PT, PCdoB, PV**,
RESOLVE: exonerar **MARIA CLARA RIBEIRO NEVES DE ALBUQUERQUE ANGELO**, do cargo em comissão de Assessor de Liderança, símbolo PL-ASL, a partir do dia 01 de abril de 2024, nos termos da Lei nº 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 27 de março de 2024.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 1263/24

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 003108/2024 e no Ofício nº 42/2024, do **Deputado Fabrício Ferraz**,
RESOLVE: exonerar o servidor **FERNANDO ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA**, do cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo PL-ASC, a partir do dia 01 de abril de 2024, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nº 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 16.579/19, 16.579/19 e 18.150, de 25 de abril de 2023.

Sala Torres Galvão, 27 de março de 2024.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 1264/24

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 003116/2024, do **Deputado Gilmar Júnior**,
RESOLVE: exonerar **FELIPE SOARES DE LIMA**, do cargo em comissão de Assessor Especial Adjunto, Símbolo PL-ASCA, a partir do dia 01 de abril de 2024, nos termos da Lei nº 11.641/99, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 13.245/07, 15.161/13, 15.985/17, 16.579/19 e 18.150, de 25 de abril de 2023.

Sala Torres Galvão, 27 de março de 2024.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 1265/24

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite 002997/2024, da **Deputada Delegada Gleide Ângelo**,
RESOLVE: exonerar e nomear os servidores do cargo em comissão daquele Gabinete Parlamentar, atribuindo-lhe a gratificação de representação, conforme planilha abaixo, a partir do dia 01 de abril de 2024, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nº 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 16.579/19, 16.579/19 e 18.150, de 25 de abril de 2023.

NOME	CARGO DE EXONERAÇÃO	CARGO DE NOMEAÇÃO	GRAT.
CARLOS EDUARDO PAIVA DE VASCONCELOS	Coordenador de Expediente/PL-COE	-----	----
CINARA VITÓRIA GONZAGA	-----	Coordenador de Expediente/PL-COE	0%
VALERIA MACEDO DE FRANCA	Coordenador de Expediente/PL-COE	-----	----
LUIZA MACEDO DE FRANÇA	-----	Coordenador de Expediente/PL-COE	0%

Sala Torres Galvão, 27 de março de 2024.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 1266/24

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 003113/2024 e no Ofício nº 58/2024, do **Deputado Dannilo Godoy**,
RESOLVE: exonerar o servidor **IVONILDO CARLOS DE CARVALHO**, do cargo em comissão de Assessor Especial Adjunto, símbolo PL-ASCA, nomeando para o referido cargo, **DANIEL MAX DE SOUZA CASSIANO**, a partir do dia 01 de abril de 2024, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nº 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 16.579/19, 16.579/19 e 18.150, de 25 de abril de 2023.

Sala Torres Galvão, 27 de março de 2024.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 1267/24

O PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 003064/2024 e, no Ofício nº 024/2024, do **Deputado Álvaro Porto**,
RESOLVE: exonerar o servidor **PEDRO MADUREIRA FERREIRA** do cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, **DANILLY JHULIENE TEIXEIRA ARAÚJO**, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 51% (cinquenta e um por cento), a partir do dia 01 de abril de 2024, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17, 16.579/19 e 18.150, de 25 de abril de 2023.

Sala Torres Galvão, 27 de março de 2024.

Deputado **AGLÁILSON VICTOR**
1º Vice-Presidente

ATO Nº 1268/24

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 003125/2024, do **Deputado Gilmar Junior, Vice-Líder da Federação PT, PCdoB, PV**,
RESOLVE: nomear **MARIA CLARA RIBEIRO NEVES DE ALBUQUERQUE ANGELO**, para o cargo em comissão de Assessor Especial de Liderança, símbolo PL-ASEL, a partir do dia 01 de abril de 2024, nos termos da Lei nº 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 27 de março de 2024.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 1269/24

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 003128/2024, do **Deputado Gilmar Junior, Vice-Líder da Federação PT, PCdoB, PV**,
RESOLVE: nomear **FELIPE SOARES DE LIMA**, para o cargo em comissão de Assessor de Liderança, símbolo PL-ASL, a partir do dia 01 de abril de 2024, nos termos da Lei nº 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 27 de março de 2024.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 1270/24

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 003129/2024, do **Deputado Gilmar Júnior**,
RESOLVE: nomear **FELIPE NEGRAO DE MOURA**, para o cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 46,90% (quarenta e seis vírgula noventa por cento), a partir do dia 01 de abril de 2024, nos termos da Lei nº 11.641/99, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 13.245/07, 15.161/13, 15.985/17, 16.579/19 e 18.150, de 25 de abril de 2023.

Sala Torres Galvão, 27 de março de 2024.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

Editais

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos do art. 125, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados: DÉBORA ALMEIDA (PSDB), JOÃO PAULO (PT), LUCIANO DUQUE (SOLIDARIEDADE), RENATO ANTUNES (PL), RODRIGO FARIAS (PSB), ROMERO ALBUQUERQUE (UNIÃO), SILENO GUEDES (PSB), WALDEMAR BORGES (PSB), membros titulares, e, na ausência destes, os Deputados suplentes: CORONEL ALBERTO FEITOSA (PL), DIOGO MORAES (PSB), ERIBERTO FILHO (PSB), FABRIZIO FERRAZ (SOLIDARIEDADE), JOAQUIM LIRA (PV), JOÃOZINHO TENÓRIO (PATRIOTA), KAIO MANIÇOBA (PP), MÁRIO RICARDO (REPUBLICANOS), ROMERO SALES FILHO (UNIÃO) para participarem da reunião a ser realizada às 9h30min (nove horas e trinta minutos) do dia 2 (dois) de abril, terça-feira, do corrente ano, no Plenarinho II, Deputado João Lyra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista, onde estarão em pauta as seguintes proposições:

DISTRIBUIÇÃO:

I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

1) Projeto de Lei Ordinária nº 1766/2024, de autoria do Deputado Eriberto Filho (Ementa: Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, o Programa Estadual Raros em Campo.)

2) Projeto de Lei Ordinária nº 1767/2024, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Altera a Lei nº 12.765, de 27 de janeiro de 2005, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parceria Público-Privada, para incluir disposições visando o incentivo à área de educação, e dá outras providências.)

3) Projeto de Lei Ordinária nº 1768/2024, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Recreação Terapêutica para os Pacientes dos Hospitais Infantis.)

II) PROJETOS DE RESOLUÇÃO:

1) Projeto de Resolução nº 1769/2024, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Senhor Fernando Azevedo Ribeiro Mariano.)

2) Projeto de Resolução nº 1770/2024, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Desembargador André Vicente Pires Rosa.)

DISCUSSÃO

I) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

1) Projeto de Lei Complementar nº 1671/2024, de autoria da Governadora do Estado (Ementa: Promove reestruturação na carreira dos Militares do Estado e determina providências correlatas.)

Regime de urgência

Relatora: Deputada Débora Almeida

1.1) Substitutivo nº 1/2024, de autoria do Deputado Coronel Alberto Feitosa (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Complementar nº 1671/2024.)

Regime de urgência

Relatora: Deputada Débora Almeida

1.2) Substitutivo nº 2/2024, de autoria do Deputado Coronel Alberto Feitosa (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Complementar nº 1671/2024.)

Regime de urgência

Relatora: Deputada Débora Almeida

1.3) Substitutivo nº 3/2024, de autoria do Deputado Joel da Harpa (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1671/2024.)

Regime de urgência

Relatora: Deputada Débora Almeida

1.4) Substitutivo nº 4/2024, de autoria do Deputado Coronel Alberto Feitosa (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Complementar nº 1671/2024.)

Regime de urgência

Relatora: Deputada Débora Almeida

1.5) Emenda Modificativa nº 1/2024, de autoria do Deputado Joel da Harpa (Ementa: Modifica redação do art.1º do PLC 001671/2024.)

Regime de urgência

Relatora: Deputada Débora Almeida

1.6) Emenda Aditiva nº 2/2024, de autoria do Deputado Fabrício Ferraz (Ementa: Acrescenta dispositivo ao Projeto de Lei Complementar 1671/2024.)

Regime de urgência

Relatora: Deputada Débora Almeida

1.7) Emenda Modificativa nº 3/2024, de autoria do Deputado Abimael Santos (Ementa: Modifica a redação do Projeto de Lei Complementar nº 1671/2024, de autoria do Poder Executivo.)

Regime de urgência

Relatora: Deputada Débora Almeida

1.8) Emenda Aditiva nº 4/2024, de autoria do Deputado Mário Ricardo (Ementa: Acresce o art. 4º ao Projeto de Lei Complementar nº 1671/2024.)

Regime de urgência

Relatora: Deputada Débora Almeida

1.9) Emenda Modificativa nº 5/2024, de autoria do Deputado Joel da Harpa (Ementa: Modifica a redação do § 2º, do art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 1671/2024.)

Regime de urgência

Relatora: Deputada Débora Almeida

II) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

1) Projeto de Lei Ordinária nº 967/2023, de autoria do Deputado Eriberto Filho (Ementa: Altera a Lei nº 14.542, de 19 de dezembro de 2011, que institui a nova política de incentivo aos atletas, denominada Bolsa-Atleta, no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de instituir reserva de vagas para negros e pardos.)

Relator: Deputado Waldemar Borges

2) Projeto de Lei Ordinária nº 1254/2023, de autoria do Deputado Renato Antunes (Ementa: Altera a Lei nº 10.859, de 7 de janeiro de 1993, que assegura a meia entrada para estudantes, nos eventos que especifica e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Israel Guerra Filho, a fim de indicar novos documentos válidos para comprovação da condição de discente.)

Relatora: Deputada Débora Almeida

3) Projeto de Lei Ordinária nº 1287/2023, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir a Semana Estadual de Conscientização e Enfrentamento ao Acidente Vascular Cerebral (AVC).)

Relator: Deputado Diogo Moraes

4) Projeto de Lei Ordinária nº 1323/2023, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Dispõe sobre a implantação de Programa de Assistência Especializada em Epidermólise Bolhosa na rede pública de saúde do Estado de Pernambuco e dá outras providências.)

TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 1336/2023, E 1397/2023

Relator: Deputado Coronel Alberto Feitosa

4.1.) Projeto de Lei Ordinária nº 1336/2023, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (Ementa: Cria o Programa Estadual de Assistência Especializada e Prioritária aos Pacientes com Epidermólise Bolhosa - EB, na Rede Pública Estadual de Saúde em Pernambuco.)

TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 1323/2023 E 1397/2023

Relator: Deputado Coronel Alberto Feitosa

4.2.) Projeto de Lei Ordinária nº 1397/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Epidermólise Bolhosa, no Estado de Pernambuco e dá outras providências.)

TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 1323/2023 E 1336/2023

Relator: Deputado Coronel Alberto Feitosa

5) Projeto de Lei Ordinária nº 1461/2023, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual a Conscientização da Fibrodysplasia Ossificante Progressiva (FOP))

Relator: Deputado Mário Ricardo

6) Projeto de Lei Ordinária nº 1534/2024, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Altera a Lei nº 17.768, de 3 de maio de 2022, que institui a Política Estadual de Atendimento à Gestante no Estado de Pernambuco, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado William Brigido, a fim de incluir o atendimento prioritário como direito básico da gestante.)

Relator: Deputado Diogo Moraes

7) Projeto de Lei Ordinária nº 1543/2024, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Altera a Lei nº 18.174, de 12 de junho de 2023, que institui a Política de Prevenção e Atuação Frente ao Assédio Moral e Sexual nas Instituições de Ensino do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Gleide Ângelo, a fim de ampliar a proteção conferida às crianças e aos adolescentes.)

Relator: Deputado João Paulo

8) Projeto de Lei Ordinária nº 1555/2024, de autoria do Deputado Pastor Junior Tercio (Ementa: Estabelece a obrigatoriedade para os estabelecimentos da Rede Estadual de Saúde em orientar e esclarecer às gestantes sobre os riscos e as consequências do procedimento abortivo.)

Relatora: Deputada Débora Almeida

9) Projeto de Lei Ordinária nº 1652/2024, de autoria da Deputada Rosa Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia do Cultivo da Árvore.)

Relator: Deputado Romero Albuquerque

10) Projeto de Lei Ordinária nº 1670/2024, de autoria da Governadora do Estado (Ementa: Institui o Programa de Desenvolvimento do Polo de Confeccões do Agreste de Pernambuco- PE Produz Polo de Confeccões.)

Regime de urgência

Relator: Deputado Diogo Moraes

10.1.) Emenda Modificativa nº 1/2024, de autoria do Deputado Joaquim Lira (Ementa: Modifica a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1670/2024, de autoria do Poder Executivo.)

Regime de urgência

Relator: Deputado Diogo Moraes

10.2.) Emenda Modificativa nº 2/2024, de autoria da Deputada Dani Portela (Ementa: Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1670/2024, que institui o Programa de Desenvolvimento do Polo de Confeccões do Agreste de Pernambuco - PE Produz Polo de Confeccões.)

Regime de urgência

Relator: Deputado Diogo Moraes

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

Presidente, Deputado Álvaro Porto

1º Vice-Presidente, Deputado Aglailson Victor

2º Vice-Presidente, Deputado Francismar Pontes

1º Secretário, Deputado Gustavo Gouveia

2º Secretário, Deputado Pastor Cleiton Collins

3ª Secretária, Deputada Socorro Pimentel

4º Secretário, Deputado Joel da Harpa

1º Suplente, Deputado Rodrigo Farias

2º Suplente, Deputado Henrique Queiroz Filho

3º Suplente, Deputado Gilmar Júnior

4º Suplente, Deputado Coronel Alberto Feitosa

5º Suplente, Deputado William Brigido

6º Suplente, Deputado Joaozinho Tenório

7º Suplente, Deputado France Hacker

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Superintendente-Geral - Isaltino Jose do Nascimento Filho

Procurador-Geral - Hélio Lúcio Dantas Da Silva

Secretário-Geral da Mesa Diretora - Mauricio Moura Maranhão da Fonte

Consultor-Geral - Marcelo Cabral e Silva

Ouvidor-Geral - Deputado Adalto Santos

Ouvidor-Executivo - Douglas Stravos Diniz Moreno

Superintendente Administrativo - Jose Luiz de Oliveira Junior

Auditora-Chefe - Maria Gorete Pessoa de Melo

Superintendente de Planejamento e Gestão - Edécio Rodrigues de Lima

Superintendente Militar e de Segurança Legislativa - Coronel Ely Jobson Bezerra de Melo

Superintendente de Gestão de Pessoas - Danielle Crhistina de Aguiar

Superintendente de Comunicação Social - Helena Castro de Alencar

Superintendente de Tecnologia da Informação - Braulio Jose de Lira Clemente Torres

Chefe do Cerimonial - Francklin Bezerra Santos

Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional - Wildy Ferreira Xavier

Superintendente da Escola do Legislativo - José Humberto de Moura Cavalcanti Filho

Superintendente Parlamentar - Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior

Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo - Jose Airton Paes dos Santos

Delegado-Geral da Superintendência de Inteligência Legislativa - Ariosto Esteves

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÃO
LEGISLATIVA E ADMINISTRATIVA:SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA
(Lei nº 15.161/2013, inciso V do § 6º do art. 4º)Secretário-Geral da Mesa Diretora
Maurício Moura Maranhão da FonteChefe do Departamento de Serviços Técnicos-Legislativos
Fábio Vinícius Ferreira MoreiraAssistentes técnicos
Alécio Nicolak e Anderson Galvão

III)PROJETOS DE RESOLUÇÃO:

1) Projeto de Resolução nº 1713/2024, de autoria do Deputado Joel da Harpa (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Jornalista Carlo Gernand Lopes da Silva.)
Relator: Deputado Mário Ricardo

2) Projeto de Resolução nº 1769/2024, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Senhor Fernando Azevedo Ribeiro Mariano.)

3) Projeto de Resolução nº 1770/2024, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Desembargador André Vicente Pires Rosa.)

IV) EMENDAS, SUBEMENDAS E SUBSTITUTIVOS:

1) Substitutivo nº 2/2024, de autoria da Comissão de Administração Pública (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1101/2023, de autoria do Deputado Eriberto Filho), ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1101/2023**, de autoria do Deputado Eriberto Filho (Ementa: Institui o Programa Estadual de Valorização às Mães com Filhos Raros no Estado de Pernambuco e dá outras providências.)
Relator: Deputado João Paulo

2) Substitutivo nº 2/2024, de autoria da Comissão de Administração Pública (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1324/2023, de autoria do Deputado Gilmar Júnior), ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1324/2023**, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Institui a Política Estadual de Combate ao Câncer de Mama.)
Relator: Deputado Luciano Duque

3) Substitutivo nº 1/2024, de autoria da Comissão de Administração Pública (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 450/2023, de autoria do Deputado Jeferson Timóteo), ao **Projeto de Lei Ordinária nº 450 /2023**, de autoria do Deputado Jeferson Timóteo (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de exigir a descrição completa de possíveis efeitos colaterais nas embalagens de cosméticos.)
Relatora: Deputada Débora Almeida

4) Substitutivo nº 1/2024, de autoria da Comissão de Administração Pública (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 787/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel), ao **Projeto de Lei Ordinária nº 787/2023**, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Institui a Política de Sistematização de Dados Integrados de Mortalidade Materna e Neonatal no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.)
Relator: Deputado Romero Albuquerque

Recife, 27 de março de 2024.
Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

DEPUTADO ANTONIO MORAES
PRESIDENTE

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco, nos termos do art. 125, inciso I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados CLAUDIANO MARTINS FILHO (PP), CORONEL ALBERTO FEITOSA (PL), DIOGO MORAES (PSB), HENRIQUE QUEIROZ FILHO (PP), JOÃO DE NADEGI (PV), LULA CABRAL (SOLIDARIEDADE), RODRIGO FARIAS (PSB) e SOCORRO PIMENTEL (UNIÃO), membros titulares, e, na ausência destes, os Deputados suplentes: AGLAILSON VICTOR (PSB), CLÉBER CHAPARRAL (UNIÃO), IZAÍAS REGIS (PSDB), JOÃO PAULO COSTA (PC DO B), KAIIO MANIÇOBA (PP), LUCIANO DUQUE (SOLIDARIEDADE), PASTOR JÚNIOR TÉRCIO (PP), RENATO ANTUNES (PL) e SILENO GUEDES (PSB), para participarem da Reunião Ordinária, a ser realizada às 10h (dez horas) do dia 3 de abril (quarta-feira) do corrente ano, no Plenarinho II, Deputado João Lyra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista, onde estarão em pauta as seguintes proposições:

DISTRIBUIÇÃO:

I) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA:

1. Projeto de Lei Ordinária nº 1767/2024, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Altera a Lei nº 12.765, de 27 de janeiro de 2005, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parceria Público-Privada, para incluir disposições visando o incentivo à área de educação, e dá outras providências.)

DISCUSSÃO:

I) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

1. Projeto de Lei Complementar nº 1673/2024, de autoria da Governadora do Estado (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 340, de 22 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a designação de policiais civis aposentados veteranos que indica para a realização de tarefas por prazo certo).

Regime de urgência

Relator: Deputado Coronel Alberto Feitosa.

II) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

1. Projeto de Lei Ordinária nº 1469/2023, de autoria do Deputado Lula Cabral (Ementa: Altera a Lei nº 11.514, de 29 de dezembro de 1997, que dispõe sobre infrações, penalidades e procedimentos específicos, na área tributária, e dá outras providências, a fim de restringir a utilização da retenção de mercadorias como instrumento de cobrança indireta do ICMS, e dá outras providências.)
Relator: Deputado Sileno Guedes.

1.1 Emenda Modificativa nº 01/2024, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera o artigo 1º do Projeto de Lei Ordinária nº 1469/2023, que modifica a Lei nº 11.514, de 29 de dezembro de 1997, a fim de restringir a utilização da retenção de mercadorias como instrumento de cobrança indireta do ICMS.)
Relator: Deputado Sileno Guedes.

2. Projeto de Lei Ordinária nº 1672/2024, de autoria da Governadora do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 17.713, de 31 de março de 2022, que dispõe sobre a designação de militares inativos do Estado de Pernambuco para a realização de tarefas por prazo certo.)

Regime de urgência

Relator: Deputado Coronel Alberto Feitosa.

Recife, 27 de março de 2024.

DEPUTADA DÉBORA ALMEIDA
Presidente

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco nos termos do art. 125, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, os Deputados: **RENATO ANTUNES (PL)**, **ERIBERTO FILHO (PSB)**, **JEFERSON TIMÓTEO (PP)**, **JOÃOZINHO TENÓRIO (PRD)**, **ROMERO SALES FILHO (UNIÃO)** e **WILLIAM BRÍGIDO (REPUBLICANOS)**, membros titulares, e os Deputados: **CLAUDIANO MARTINS FILHO (PP)**, **CORONEL ALBERTO FEITOSA (PL)**, **EDSON VIEIRA (UNIÃO)**, **JARBAS FILHO (MDB)**, **LUCIANO DUQUE (SOLIDARIEDADE)**, **SIMONE SANTANA (PSB)** e **WALDEMAR BORGES (PSB)**, membros suplentes, para se fazerem presentes à Reunião Ordinária a ser realizada às 10h30 (dez horas e trinta minutos), do dia 03 (três) de abril de 2024, quarta-feira, no Plenarinho III, Deputado Afonso Ferraz, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista – Recife/PE, onde estarão em pauta as seguintes proposições:

DISTRIBUIÇÃO

I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

1) Projeto de Lei Ordinária nº 1766/2024, de autoria do Deputado Eriberto Filho (**EMENTA:** Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, o Programa Estadual Raros em Campo.)

2) Projeto de Lei Ordinária nº 1767/2024, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (**EMENTA:** Altera a Lei nº 12.765, de 27 de janeiro de 2005, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parceria Público-Privada, para incluir disposições visando o incentivo à área de educação, e dá outras providências.)

3) Projeto de Lei Ordinária nº 1768/2024, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (**EMENTA:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Recreação Terapêutica para os Pacientes dos Hospitais Infantis.)

DISCUSSÃO

I) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

1) Projeto de Lei Complementar nº 1673/2024, de autoria da Governadora do Estado (**EMENTA:** Altera a Lei Complementar nº 340, de 22 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a designação de policiais civis aposentados veteranos que indica para a realização de tarefas por prazo certo).

Regime de urgência

Relator: Deputado Coronel Alberto Feitosa

II) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

1) Projeto de Lei Ordinária nº 1248/2023, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (**EMENTA:** Cria a Política Estadual do Primeiro Emprego para Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem em Pernambuco.), com **Emenda Modificativa nº 01/2024**, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (**EMENTA:** Altera o art. 4º do Projeto de Lei Ordinária nº 1248/2023, de autoria do Deputado Gilmar Júnior.)
Relator: Deputado Rodrigo Farias

2) Projeto de Lei Ordinária nº 1257/2023, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (**EMENTA:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual dos Profissionais de Enfermagem Forense.)
Relator: Deputado Jeferson Timóteo

3) Projeto de Lei Ordinária nº 1672/2024, de autoria da Governadora do Estado (**EMENTA:** Altera a Lei nº 17.713, de 31 de março de 2022, que dispõe sobre a designação de militares inativos do Estado de Pernambuco para a realização de tarefas por prazo certo).

Regime de urgência

Relator: Deputado Coronel Alberto Feitosa

4) Projeto de Lei Ordinária nº 1732/2024, de autoria do Deputado Renato Antunes (**EMENTA:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual do Esporte.)
Relator: Deputado Joãozinho Tenório

II) EMENDAS, SUBEMENDAS E SUBSTITUTIVOS:

1) Emenda Modificativa nº 01/2023, de autoria da Comissão de Desenvolvimento Econômico (**EMENTA:** Modifica o Substitutivo nº 01/2023 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1126/2023.) e **Emenda Modificativa nº 02/2023**, de autoria da Deputada Débora Almeida (**EMENTA:** Modifica o Substitutivo nº 01/2023, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, oferecido ao Projeto de Lei Ordinária nº 1126/2023, de autoria do deputado Claudiano Martins Filho.), ao **Substitutivo nº 01/2023**, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (**EMENTA:** Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1126/2023.), ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1126/2023**, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (**EMENTA:** Altera a Lei nº 13.376, de 20 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o processo de Produção Artesanal do Queijo Coalho e outros produtos derivados do leite, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Claudiano Martins, a fim de ampliar os produtos lácteos no processo de produção artesanal constante na Lei.)
Relator: Deputado Luciano Duque

2) Substitutivo nº 01/2023, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (**EMENTA:** Altera integralmente o Projeto de Lei Ordinária nº 825/2023, de autoria do Deputado Álvaro Porto.), ao **Projeto de Lei Ordinária nº 825/2023**, de autoria do Deputado Álvaro Porto (**EMENTA:** Institui a meia-entrada em espetáculos teatrais e musicais, exposições de arte, exhibções cinematográficas e demais manifestações culturais e ou esportivas para as Guardas Municipais.)
Relator: Deputado Waldemar Borges

3) Substitutivo nº 01/2023, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (**EMENTA:** Altera integralmente o Projeto de Lei Ordinária nº 1198/2023, de autoria do Deputado Gilmar Júnior.), ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1198/2023**, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (**EMENTA:** Altera a Lei nº 12.258, de 22 de agosto de 2002, que institui a meia-entrada para professores em estabelecimentos que proporcionem cultura, lazer, entretenimento e esportivos, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Gilvan Costa, a fim de acrescentar o mesmo benefício para os profissionais de enfermagem em Pernambuco.)
Relator: Deputado Edson Vieira

4) Substitutivo nº 01/2024, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (**EMENTA:** Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 927/2023.), ao **Projeto de Lei Ordinária nº 927/2023**, de autoria do Deputado Doriel Barros (**EMENTA:** Altera a Lei nº 17.433, de 7 de outubro de 2021, que institui a Política Estadual de Incentivo ao Turismo Rural de Pernambuco e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho, a fim de incluir o apoio ao desenvolvimento dos empreendimentos de Turismo Rural na Agricultura Familiar e nas comunidades tradicionais quilombolas, indígenas, ribeirinhas e de pescadores.)
Relator: Deputado Coronel Alberto Feitosa

5) Substitutivo nº 02/2023, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Proteção Animal (**EMENTA:** Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 662/2023, de autoria do Deputado Izaías Régis.), ao **Projeto de Lei Ordinária nº 662/2023**, de autoria do Deputado Izaías Régis (**EMENTA:** Institui um padrão de copos, garrafinhas, garrafas e garrafões para identificação das embalagens retornáveis de água mineral e de água adicionada de sais, além de outras providências.), com **Emenda Modificativa nº 01/2024**, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (**EMENTA:** Altera a redação dos artigos 1º e 2º do Substitutivo nº 02/2023 ao Projeto de Lei Ordinária nº 662/2023.)
Relator: Deputado Jarbas Filho

Recife, 27 de março de 2024.

DEPUTADO JOAQUIM LIRA
PRESIDENTE

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco, nos termos do art. 125, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os deputados João Paulo (PT), Kaiio Maniçoba (PP), Renato Antunes (PL) e Romero Albuquerque (União), membros titulares, e, na ausência desses, os (as) deputados (as) Dani Portela (PSOL), Izaías Régis (PSDB), Pastor Cleiton Collins (PP), Rosa Amorim (PT), William Brígido (Republicanos), membros suplentes, para comparecerem à reunião ordinária deste colegiado, a ser realizada às 10h30 do dia 03 de abril de 2024, no Plenarinho II, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, quando estarão em pauta as seguintes proposições:

1. DISTRIBUIÇÃO:

1.1. PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA

Projeto de Lei Ordinária nº 1732/2024, de autoria do Deputado Renato Antunes (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual do Esporte);

2. Projeto de Lei Ordinária nº 1733/2024, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (**Ementa:** Cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Visão Monocular no âmbito do Estado de Pernambuco);

3. Projeto de Lei Ordinária nº 1734/2024, de autoria do Deputado José Patriota (**Ementa:** Altera a Lei nº 15.533, de 23 de junho de 2015, que aprova o Plano Estadual de Educação - PEE, a fim de inserir a Política Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Estado de Pernambuco, entre os fundamentos da formação continuada dos profissionais da educação);

4. Projeto de Lei Ordinária nº 1736/2024, de autoria do Deputado José Patriota (**Ementa**: Altera a Lei nº 16.991, de 6 de agosto de 2020, que consolida e amplia a Política Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Estado de Pernambuco, a fim de garantir aos profissionais do magistério desconto em obras literárias e materiais didáticos relacionados à sua área de ensino e atuação profissional);

5. Projeto de Lei Ordinária nº 1740/2024, de autoria do Deputado Gilmar Junior (**Ementa**: Cria a Política Estadual de Valorização dos Profissionais da Saúde em Pernambuco e dá outras providências);

6. Projeto de Lei Ordinária nº 1747/2024, de autoria do Deputado Mário Ricardo (**Ementa**: Insitui o Programa Escola da Construção Civil, e dá outras providências);

7. Projeto de Lei Ordinária nº 1748/2024, de autoria do Deputado William Brígido (**Ementa**: Altera a Lei nº 16.991, de 6 de agosto de 2020, que consolida e amplia a Política Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Estado de Pernambuco, a fim de incluir entre seus objetivos, incentivar os gestores e os professores da rede pública e privada de ensino, a qualificação de estratégias de ensino-aprendizagem);

8. Projeto de Lei Ordinária nº 1750/2024, de autoria do Deputado Pastor Júnior Tércio (**Ementa**: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual do Esporte de Queimado);

9. Projeto de Lei Ordinária nº 1753/2024, de autoria do Deputado France Hacker (**Ementa**: Institui o Programa Mães na Escola);

10. Projeto de Lei Ordinária nº 1754/2024, de autoria do Deputado France Hacker (**Ementa**: Obriga a disponibilização, no ato da matrícula escolar, de formulário para denúncia de violência doméstica familiar e contra a mulher, nas unidades de ensino da rede pública e privada no Estado de Pernambuco);

11. Projeto de Lei Ordinária nº 1756/2024, de autoria do Deputado France Hacker (**Ementa**: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir a Semana Estadual de Combate à Violência Contra o Profissional de Educação);

12. Projeto de Lei Ordinária nº 1757/2024, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (**Ementa**: Altera a Lei nº 18.085, de 28 de dezembro de 2022, que institui a Política Estadual de Valorização da Mulher no Campo e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Alessandra Vieira, com o escopo de ampliar a proteção conferida);

13. Projeto de Lei Ordinária nº 1760/2024, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (**Ementa**: Cria a Política Estadual de Vigilância, Prevenção e Controle das Arboviroses no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS em Pernambuco);

14. Projeto de Lei Ordinária nº 1761/2024, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (**Ementa**: Cria o Programa de Comunicação Humanizada para profissionais de saúde que atuem em procedimentos hospitalares de pré-natal e de parto em Pernambuco);

15. Projeto de Lei Ordinária nº 1762/2024, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (**Ementa**: Cria o Programa de Enfrentamento à Crise e Emergência Climática nas escolas da rede pública estadual de ensino em Pernambuco e dá outras providências);

16. Projeto de Lei Ordinária nº 1764/2024, de autoria do Governo do Estado (**Ementa**: Autoriza a concessão de subvenção social em favor da Associação Casa do Estudante de Pernambuco) **Regime de Urgência**;

17. Projeto de Lei Ordinária nº 1767/2024, de autoria da deputada Socorro Pimentel (**Ementa**: Altera a Lei nº 12.765, de 27 de janeiro de 2005, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parceria Público-Privada, para incluir disposições visando ao incentivo à área de educação, e dá outras providências);

18. Projeto de Lei Ordinária nº 1768/2024, de autoria do deputado Pastor Cleiton Collins (**Ementa**: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Recreação Terapêutica para os Pacientes dos Hospitais Infantis).

1.2. PROJETOS DE RESOLUÇÃO

1. Projeto de Resolução nº 1771/2024, de autoria da Comissão de Constituição Legislação e Justiça (**Ementa**: Aprova indicação da prefeitura do município de Afogados da Ingazeira ao "Prêmio Prefeitura Amiga da Biblioteca", referente à Região Sertão do Estado de Pernambuco);

2. Projeto de Resolução nº 1772/2024, de autoria da Comissão de Constituição Legislação e Justiça (**Ementa**: Aprova indicação da prefeitura do município de Painelas ao "Prêmio Prefeitura Amiga da Biblioteca", referente à Região Agreste do Estado de Pernambuco).

DISCUSSÃO

2.1. PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA

1. Projeto de Lei Ordinária nº 1005/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (**Ementa** Institui a Política Estadual de Atenção aos Portadores de Doenças Raras, no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências);
Relator: Deputado João Paulo

2. Projeto de Lei Ordinária nº 1213/2023, de autoria da Deputada Rosa Amorim (**Ementa** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual do Juremeiro e da Juremeira);
Relatora: Deputada Dani Portela

3. Projeto de Lei Ordinária nº 1257/2023, de autoria do deputado Gilmar Júnior (**Ementa**: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual dos Profissionais de Enfermagem Forense);
Relatora: Deputada Dani Portela

4. Projeto de Lei Ordinária nº 1416/2023, de autoria do Deputado José Patriota (**Ementa** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, para incluir o Natal Triunfo, Festa de Nossa Senhora das Dores, no Município de Triunfo);
Relator: Deputado Renato Antunes

5. Projeto de Lei Ordinária nº 1764/2023, de autoria do Governo do Estado (**Ementa** Autoriza a concessão de subvenção social em favor da Associação Casa do Estudante de Pernambuco.);
Relator(a):
Regime de Urgência

2.2. PROJETOS DE RESOLUÇÃO

1. Projeto de Resolução nº 1642/2024, de autoria do Deputado João Paulo (**Ementa**: Submete a indicação do Boi da Macuca para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco)
Relatora: Deputada Rosa Amorim

2. Projeto de Resolução nº 1685/2024, de autoria do Deputado Mário Ricardo (**Ementa**: Inscreve o nome do Pastor Isaac Martins Rodrigues no Livro do Panteão dos Heróis e das Heroínas de Pernambuco - Fernando Santa Cruz.)
Relator: Deputado Renato Antunes

2.3. SUBSTITUTIVOS

1. Substitutivo Nº 01/2024 aos Projetos de Lei Ordinária nº 3540/2022, desarquivado, e nº **492/2023**, que tramitam conjuntamente, de autoria do deputado Antônio Coelho e do deputado Eriberto Filho, respectivamente, (**Ementa**: Dispõe sobre a obrigatoriedade da aplicação do questionário M-CHAT nas Unidades de Ensino Infantil Público e nos Núcleos de Educação Infantil dos Municípios de Pernambuco e dá outras providências, e ao Projeto de Lei Ordinária nº 492/2023, que dispõe sobre a aplicação do questionário M-CHAT, para realização do rastreamento de sinais precoces do Transtorno do Espectro Autista (TEA), durante atendimentos em unidades de saúde públicas e privadas, no âmbito do Estado de Pernambuco);
Relatora: Deputada Dani Portela

2. Substitutivo Nº 01/2024 ao Projeto de Lei Ordinária nº 976/2023, de autoria do deputado João Paulo Costa (**Ementa**: Reconhece às famílias de bebês e crianças, desde o nascimento até os 3 (três) anos de idade, com deficiência intelectual ou múltipla, genética ou adquirida, em especial as que possuem microcefalia, o direito a atendimento especial de caráter educacional, assistencial e multidisciplinar);
Relator: Deputado Romero Albuquerque

3. Substitutivo Nº 01/2024 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1083/2023, de autoria do deputado Gilmar Júnior (**Ementa**: Institui a Política Estadual de Conscientização sobre a Neuralgia do Trigêmeo no âmbito do Estado de Pernambuco);
Relator: Deputado Izaías Régis

4. Substitutivo Nº 01/2024 aos Projetos de Lei Ordinária nº 1326/2023 e 1329/2023, que tramitam conjuntamente, de autoria do deputado William Brígido e da deputada Socorro Pimentel, respectivamente (**Ementa**: Dispõe sobre a instituição do Programa Idosos Contra as Drogas, no Estado de Pernambuco);
Relatora: Deputada Rosa Amorim

5. Substitutivo Nº 01/2024 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1373/2023, de autoria do Deputado Doriel Barros (**Ementa**: Institui a Política Estadual de Cooperativismo da Agricultura Familiar e Agroindústria Familiar de Pernambuco);
Relatora: Deputada Dani Portela

6. Substitutivo Nº 01/2024 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1410/2023, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (**Ementa**: Institui a Política Estadual de Triagem de Cardiopatias Congênitas em Neonatos no âmbito da cardiologia pediátrica em Pernambuco e dá outras providências);
Relator: Deputado Renato Antunes

2.4. PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA ALTERADOS POR EMENDA MODIFICATIVA

1. Projeto de Lei Ordinária Nº 1132/2023, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (**Ementa**: Cria a Política Pública para o Desenvolvimento do Sistema de Mapeamento das Mulheres Técnicas, Artistas e Produtoras Culturais de Pernambuco e dá outras providências. Recebeu a Emenda Modificativa nº 01/2024).
Relator: Deputado William Brígido

2. Projeto de Lei Ordinária Nº 1248/2023, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (**Ementa**: Cria a Política Estadual do Primeiro Emprego para Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem em Pernambuco. Recebeu a Emenda Modificativa nº 01/2024).
Relatora: Deputada Dani Portela

2.5. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA ALTERADO POR EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA

1. Projeto de Lei Ordinária nº 1057/2023, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (**Ementa**: Institui a Política Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Bambu no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências. Recebeu Emenda Modificativa nº 01/2024 e a Emenda Aditiva nº 02/2024);
Relator: Deputado Izaías Régis

2.6 PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA ALTERADOS POR EMENDA SUPRESSIVA

1. Projeto de Lei Ordinária nº 609/2023, de autoria do Deputado Eriberto Filho (**Ementa**: Dispõe sobre diretrizes, objetivos e instrumentos para a atenção à saúde de pessoas com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) no Estado de Pernambuco e dá outras providências. Recebeu a Emenda Supressiva nº 01/2024);
Relator: Deputado Romero Albuquerque

3. Projeto de Lei Ordinária nº 783/2023, de autoria do Deputado Doriel Barros (**Ementa**: Insitui a Política Estadual de Incentivo ao Ecoturismo e ao Turismo Sustentável, no Estado de Pernambuco. Recebeu a Emenda Supressiva nº 01/2024);
Relatora: Deputada Rosa Amorim

4. Projeto de Lei Ordinária nº 1383/2023, de autoria do Deputado Eriberto Filho (**Ementa**: Dispõe sobre a instituição do Programa de Saúde Bucal nas Escolas no âmbito do Estado de Pernambuco e estabelece diretrizes para sua implementação. Recebeu a Emenda Supressiva nº 01/2024);
Relatora: Deputada Dani Portela

2.7. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA ALTERADO POR SUBEMENDA MODIFICATIVA

1. Projeto de Lei Ordinária nº 1356/2023, de autoria do Deputado Delegada Gleide Ângelo (**Ementa**: Dispõe sobre a criação, no âmbito do Estado de Pernambuco, da Política Estadual de Conscientização sobre a Importância da Consulta Ginecológica na Adolescência e dá outras providências. Recebeu a Subemenda nº 02/2024);
Relatora: Deputada Rosa Amorim

	Recife, 27 de março de 2024.
	DEPUTADO WALDEMAR BORGES PRESIDENTE

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos do Art. 125, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados: Abimael Santos (PL), Edson Vieira (União), Henrique Queiroz Filho (PP) e Rodrigo Farias (PSB), membros titulares, e, na ausência destes, os membros suplentes: Débora Almeida (PSDB), Doriel Barros (PT), France Hacker (PSB), Jeferson Timoteo (PP) e Romero Sales Filho (União) para participarem da Reunião Ordinária a ser realizada no dia **02 de abril de 2024, (terça-feira) às 10h00 (dez horas)**, no **Plenarinho 3**, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, onde estará em pauta a seguinte matéria:

	DISTRIBUIÇÃO
--	---------------------

PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA

1. Projeto de Lei Ordinária nº 1684/2024, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Institui a Política Estadual de Formação e Capacitação Continuada de Mulheres para o Mercado de Trabalho no Estado de Pernambuco.)

2. Projeto de Lei Ordinária nº 1693/2024, de autoria do Deputado Eriberto Filho (Ementa: Altera a Lei nº 13.462, de 9 de junho de 2008, que dispõe sobre critérios para a contratação de empresas para execução de serviços terceirizados com a Administração Pública do Estado, e dá outras providências, a fim de incluir a prioridade de contratação de mão-de-obra para pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, síndrome de Down e doenças raras.)

3. Projeto de Lei Ordinária nº 1700/2024, de autoria do Deputado João de Nadeqi (Ementa: Obriga a exibição de propaganda educativa sobre o Transtorno do Espectro Autista-TEA em espetáculos artísticos-culturais e esportivos que tenham recebido recursos financeiros do Governo do Estado de Pernambuco.)

4. Projeto de Lei Ordinária nº 1708/2024, de autoria do Deputado Edson Vieira (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de estabelecer a prioridade de atendimento a pessoa idosa pelas empresas concessionárias de energia elétrica, telefonia, gás natural, dados, telecomunicações a cabo, água e saneamento.)

5. Projeto de Lei Ordinária nº 1709/2024, de autoria do Deputado Mário Ricardo (Ementa: Estabelece prioridade de atendimento as mães e/ou responsáveis desacompanhados de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos órgãos públicos, estabelecimentos comerciais e instituições financeiras no Estado de Pernambuco.)

6. Projeto de Lei Ordinária nº 1710/2024, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de estabelecer diretrizes para indenização automática para consumidores afetados por interrupções no fornecimento de energia elétrica no Estado de Pernambuco e dá outras providências.)

7. Projeto de Lei Ordinária nº 1718/2024, de autoria do Deputado Jeferson Timóteo (Ementa: Dispõe sobre o acolhimento em hotéis e pousadas da rede privada, no Estado de Pernambuco, de mulheres vítimas de violência doméstica e de seus filhos e dá outras providências.)

8. Projeto de Lei Ordinária nº 1721/2024, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Obriga a cobertura por lona, capa ou material assemelhado em reservatórios de águas de empresas de concessão pública, de estabelecimentos públicos e/ou de uso misto e de empreendimentos privados em áreas urbanas, condominais, de ensino, de saúde, de serviço, industriais e de logística em Pernambuco e dá outras providências.)

9. Projeto de Lei Ordinária nº 1722/2024, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Insitui a Política Estadual de Controle e Avaliação da Qualidade da Assistência à Saúde prestada pela Iniciativa Pública e Privada em Pernambuco.)

10. Projeto de Lei Ordinária nº 1723/2024, de autoria do Deputado Eriberto Filho (Ementa: Altera a Lei nº 16.536, de 9 de janeiro de 2019, que dispõe sobre a reprodução, criação, venda, compra e doação de animais de estimação em estabelecimentos comerciais e assemelhados, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Joaquim Lira, a fim de dispor sobre a doação de animais filhotes não esterilizados.)

11. Projeto de Lei Ordinária nº 1724/2024, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Cria a Política de Negociação Especial de Dívidas da Pessoa Idosa no âmbito do Estado de Pernambuco.)

12. Projeto de Lei Ordinária nº 1727/2024, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Altera a Lei nº 15.653, de 26 de novembro de 2015, que impõe sanções aos estabelecimentos comerciais e de entretenimento que permitirem ou fizerem apologia à pedofilia e à exploração sexual de crianças e adolescentes e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Lucas Ramos, a fim de assegurar a fiscalização dos estabelecimentos pelos membros do Conselho Tutelar.)

13. Projeto de Lei Ordinária nº 1736/2024, de autoria do Deputado José Patriota (Ementa: Altera a Lei nº 16.991, de 6 de agosto de 2020, que consolida e amplia a Política Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Estado de Pernambuco, a fim de garantir aos profissionais do magistério desconto em obras literárias e materiais didáticos relacionados à sua área de ensino e atuação profissional.)

14. Projeto de Lei Ordinária nº 1737/2024, de autoria do Deputado Abimael Santos (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de garantir a proteção do consumidor em detrimento as interrupções de serviços públicos, bem como, realização de notificação prévia de inspeções a serem realizadas nas unidades consumidoras.)

15. Projeto de Lei Ordinária nº 1747/2024, de autoria do Deputado Mário Ricardo (Ementa: Institui o Programa Escola da Construção Civil, e dá outras providências.)

16. Projeto de Lei Ordinária nº 1751/2024, de autoria do Deputado France Hacker (Ementa: Determina a contratação de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em empresas que recebam incentivos fiscais, no âmbito do Estado do Pernambuco.)

17. Projeto de Lei Ordinária nº 1755/2024, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Altera a Lei nº 15.498, de 14 de maio de 2015, que obriga os estabelecimentos comerciais que especifica, indicarem nos cardápios os alimentos que contêm alta concentração de sódio, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins, a fim de incluir a necessidade de indicação da presença de glúten, lactose, leite, peixe, oleaginosas, corantes, soja, ovo e crustáceos nos alimentos comercializados.)

18. Projeto de Lei Ordinária nº 1763/2024, de autoria do Deputado José Patriota (Ementa: Proíbe a venda, oferta, fornecimento, entrega e permissão do consumo de bebida alcoólica, ainda que gratuitamente, a qualquer pessoa que sofra de algum transtorno mental cujas condições sejam de conhecimento público e notório, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.)

19. Projeto de Lei Ordinária nº 1765/2024, de autoria da Governadora do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 14.474 de 16 de novembro de 2011, que dispõe sobre a organização dos serviços do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife – STPP/RMR e autoriza o Poder Público a delegar a sua execução, para prorrogar o prazo de vigência do modelo de remuneração por oferta de serviços públicos de transporte de passageiros.) **Regime de Urgência.**

20. Projeto de Lei Ordinária nº 1767/2024, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Altera a Lei nº 12.765, de 27 de janeiro de 2005, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parceria Público-Privada, para incluir disposições visando o incentivo à área de educação, e dá outras providências.)

DISCUSSÃO

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

1. Projeto de Lei Ordinária nº 378/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, (Ementa: Altera a Lei nº 16.531, de 9 de janeiro de 2019, que torna obrigatória, no âmbito do Estado de Pernambuco, a instalação de fraldários em locais onde homens possam assistir a criança, nos estabelecimentos privados onde houver espaço e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Ricardo Costa, a fim de prever a obrigatoriedade da instalação de fraldários nos estabelecimentos comerciais que indica.) **Relator: Deputado Rodrigo Farias**

2. Projeto de Lei Ordinária nº 783/2023, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo ao Ecoturismo e ao Turismo Sustentável, no Estado de Pernambuco.) **Relator: Deputado France Hacker**

3. Projeto de Lei Ordinária nº 1057/2023, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Bambu no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.) **Relator: Deputado Edson Vieira**

4. Projeto de Lei Ordinária nº 1132/2023, de autoria do Deputado Gilmar Júnior, incluindo **Emenda Modificativa nº 01/2024**, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Cria a Política Pública para o Desenvolvimento do Sistema de Mapeamento das Mulheres Técnicas, Artistas e Produtoras Culturais de Pernambuco e dá outras providências.) **Relator: Deputado Henrique Queiroz Filho**

SUBSTITUTIVOS

5. Substitutivo nº 01/2023, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao **Projeto de Lei Ordinária nº 492/2023**, de autoria do Deputado Eriberto Filho e ao **Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 3540/2022**, de autoria do Deputado Antonio Coelho (Ementa: Dispõe sobre a aplicação do questionário M-CHAT, para realização do rastreamento de sinais precoces do Transtorno do Espectro Autista (TEA), durante atendimentos em unidades de saúde públicas e privadas, no âmbito do Estado de Pernambuco.) **Relator: Deputado Edson Vieira**

6. Substitutivo nº 01/2023, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1258/2023**, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Cria, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Incentivo à Reinserção Social para Pessoas Reencontradas após o Desaparecimento. **Relator: Deputado Doriel Barros**

7. Substitutivo nº 01/2023, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1290/2023**, de autoria do Deputado João Paulo Costa e ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1479/2023**, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Altera a Lei nº 16.131, de 30 de agosto de 2017, que institui a obrigatoriedade de Laudo Técnico dos equipamentos e de responsável técnico por sua manutenção, por ocasião do pedido de Auto de Licença de Funcionamento, de Alvará de Funcionamento e respectivas revalidações ou do Alvará de Autorização e respectiva prorrogação em "buffet" infantil, parque de diversões ou similares, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Priscila Krause, a fim de dispor sobre requisitos do Laudo Técnico, realização de inspeção preventiva e imposição de multa por seu descumprimento) **Relator: Deputado Rodrigo Farias**

8. Substitutivo nº 01/2023, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1373/2023**, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Institui a Política Estadual de Cooperativismo da Agricultura Familiar e Agroindústria de Pernambuco.) **Relator: Deputado Romero Sales Filho**

9. Substitutivo nº 01/2023, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1450/2023**, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Altera a Lei nº 14.090, de 17 de junho de 2010, que institui a Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas de Pernambuco, e dá outras providências, a fim de intensificar o estímulo e apoio à geração de energia solar como estratégia de mitigação das emissões de gases de efeito estufa e promoção da eficiência e conservação energética.) **Relator: Deputado Jeferson Timóteo**

10. Substitutivo nº 02/2023, de autoria da Comissão de Administração Pública ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1183/2023**, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Cria o Programa Exames da Boa Idade para Pessoa Idosa em Pernambuco e dá outras providências.) **Relator: Deputado Abimael Santos**

Recife, 27 de março de 2024.

Deputado MÁRIO RICARDO
Presidente

Ordem do Dia

VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2024 ÀS 14:30 HORAS.

ORDEM DO DIA

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1164/2023
Autor: Deputado Luciano Duque

Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, para incluir a Missa do Vaqueiro, no Município de Serrita.

Com Emenda Modificativa nº 01 da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

Pareceres favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 06/09/2023

Primeira Discussão do Substitutivo nº 01/2023 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1190/2023

Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autor do Projeto: Deputado Claudiano Martins Filho

Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de ampliar as diretrizes do art. 249-A.

Pareceres favoráveis das 3ª e 5ª comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 13/09/2023

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1201/2023
Autor: Deputado Eriberto Filho

Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual do Pífano e Banda Pífano.

Pareceres favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/09/2023

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1229/2023
Autor: Deputado Eriberto Filho

Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Gafieira.

Pareceres favoráveis das 1ª, 3ª, 5ª comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/09/2023

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1317/2023
Autor: Deputado William Brígido

Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia da Conscientização sobre Acolhimento Familiar.

Pareceres favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª comissões.

Com Emenda Modificativa nº 01 da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

DIÁRIO OFICIAL DE - 11/10/2023

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1377/2023
Autor: Deputado Diogo Moraes

Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual dos Trabalhadores da Indústria Têxtil de Pernambuco.

Pareceres favoráveis das 1ª, 3ªe 5ª comissões.

Com Emenda Modificativa nº 01 da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

DIÁRIO OFICIAL DE - 01/11/2023

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1439/2023
Autor: Deputado Joaquim Lira

Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de estabelecer objetivos adicionais para a realização da Semana Estadual da Capoeira.

Pareceres favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/11/2023

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 1314/2023
Autor: Deputado William Brígido

Submete a indicação do Cobogó, para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.

Pareceres favoráveis das 1ª e 5ª comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 11/10/2023

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 1515/2023
Autor: Deputado Gilmar Junior

Submete a indicação da Quadriilha Junina Pernambucana para a obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.

Pareceres favoráveis das 1ª e 5ª comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 01/12/2023

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 1544/2024
Autor: Deputado Antônio Moraes

Inscreve o nome de Ana Moraes de Andrade no Livro do Panteão dos Heróis e das Heroínas de Pernambuco - Fernando Santa Cruz.

Pareceres favoráveis das 1ª e 5ª comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 02/02/2024

Discussão Única da Indicação nº 5842/2024
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor-Presidente da Empresa Neoenergia Pernambuco no sentido de providenciarem o fornecimento de energia no município de Cortês.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5843/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade do Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de providenciarem o calçamento da Rua Frei Caneca, no Bairro do Centro, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5844/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade do Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de providenciarem o calçamento da Rua São José, no Bairro de Santo Aleixo, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5845/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade do Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de providenciarem o calçamento da Rua Divino Amor, no Bairro de Guararapes, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5846/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade do Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de providenciarem o calçamento da Rua Sucupira do Norte, no Bairro de Piedade, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5847/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade do Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de providenciarem o calçamento da Rua Triunfo, no Bairro de Vista Alegre, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5848/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade do Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de providenciarem o calçamento da Travessa Arooverde, no Bairro de Santo Aleixo, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5849/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade do Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de providenciarem o calçamento da Rua Pedro Alves das Neves, no Bairro de Prazeres, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5850/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade do Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de providenciarem o calçamento da Rua Antônio Vieira da Costa, no Bairro de Comportas, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5851/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Saúde no sentido de viabilizarem melhorias para a Unidade de Saúde da Família Jardim Náutico, no Bairro de Cajueiro Seco, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5852/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Saúde no sentido de viabilizarem melhorias para a Unidade de Saúde da Família Jardim Jordão, no bairro de Jardim Jordão, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5853/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Saúde no sentido de viabilizarem a inclusão do Hospital de Câncer de Pernambuco no rol de instituições contempladas pelas doações do Programa Leite de Todos.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5854/2024
Autor: Dep. Jarbas Filho

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação e ao Diretor-Presidente da Pernambuco Participações e Investimentos S.A – PERPART no sentido de providenciarem a regularização do saldo remanescente das 468 unidades habitacionais, construídas no conjunto habitacional Vila Dr. Manuel Clementino, pelo Serviço Social Agamenon Magalhães - S.S.A.M, no município do Cabo de Santo Agostinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5855/2024
Autor: Dep. Jarbas Filho

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação e ao Diretor-Presidente da Pernambuco Participações e Investimentos S.A – PERPART no sentido de providenciarem a regularização do saldo remanescente das 170 unidades habitacionais, construídas no conjunto habitacional Vila Eneida Lapenda, pelo Serviço Social Agamenon Magalhães - S.S.A.M, no município de São Lourenço da Mata.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5856/2024
Autor: Dep. Jarbas Filho

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação e ao Diretor-Presidente da Pernambuco Participações e Investimentos S.A – PERPART no sentido de providenciarem a regularização do saldo remanescente das 34 unidades habitacionais, construídas no conjunto habitacional Fundação Casa Operária de Afogados, pelo Serviço Social Agamenon Magalhães - S.S.A.M, no bairro de Afogados, no município do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5857/2024
Autor: Dep. Jarbas Filho

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação e ao Diretor-Presidente da Pernambuco Participações e Investimentos S.A – PERPART no sentido de providenciarem a regularização do saldo remanescente das 43 unidades habitacionais, construídas no conjunto habitacional Vila da Gameleira, pelo Serviço Social Agamenon Magalhães - S.S.A.M, no município da Gameleira- PE.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5858/2024
Autor: Dep. Jarbas Filho

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação e ao Diretor-Presidente da Pernambuco Participações e Investimentos S.A – PERPART no sentido de providenciarem a regularização do saldo remanescente das 345 unidades habitacionais, construídas no conjunto habitacional Loteamento Imbiribeira 1, pelo Serviço Social Agamenon Magalhães - S.S.A.M, no bairro da Imbiribeira, no município do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5859/2024
Autor: Dep. Jarbas Filho

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação e ao Diretor-Presidente da Pernambuco Participações e Investimentos S.A – PERPART no sentido de providenciarem a regularização do saldo remanescente das 442 unidades habitacionais, construídas no conjunto habitacional Loteamento Imbiribeira 2, pelo Serviço Social Agamenon Magalhães-S.S.A.M, no bairro da Imbiribeira, no município do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5860/2024
Autor: Dep. Jarbas Filho

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação e ao Diretor-Presidente da Pernambuco Participações e Investimentos S.A – PERPART no sentido de providenciarem a regularização do saldo remanescente das 70 unidades habitacionais, construídas no conjunto habitacional Vila de Itamaracá, pelo Serviço Social Agamenon Magalhães - S.S.A.M, no município da Ilha de Itamaracá.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5861/2024
Autor: Dep. Jarbas Filho

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação e ao Diretor-Presidente da Pernambuco Participações e Investimentos S.A – PERPART no sentido de providenciarem a regularização do saldo remanescente das 50 unidades habitacionais, construídas no conjunto habitacional Conjunto Popular Itambê, pelo Serviço Social Agamenon Magalhães - S.S.A.M, no município da Itambé.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5862/2024
Autora: Dep. Socorro Pimentel

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Defesa Social, à Secretária de Educação e Esportes, ao Chefe da Polícia Civil e ao Diretor-Presidente do Instituto de Identificação Tavares Burlil no sentido de viabilizarem a realização de mutirão destinado à emissão de Registro Geral (RG) nas escolas públicas estaduais.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5863/2024
Autor: Dep. Jarbas Filho

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação e ao Diretor-Presidente da Pernambuco Participações e Investimentos S.A – PERPART no sentido de providenciarem a regularização do saldo remanescente das 10 unidades habitacionais, construídas no conjunto habitacional denominado Vila Jatobá e das 30 (trinta) unidades no conjunto habitacional denominado Vila da Ressaca de Olinda, pelo Serviço Social Agamenon Magalhães - S.S.A.M, no município do Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5864/2024
Autor: Dep. Jarbas Filho

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação e ao Diretor-Presidente da Pernambuco Participações e Investimentos S.A – PERPART no sentido de providenciarem a regularização do saldo remanescente das 251 unidades habitacionais, construídas no conjunto habitacional Vila Popular José Bernardino Teixeira, pelo Serviço Social Agamenon Magalhães - S.S.A.M, no município de Garanhuns.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5865/2024
Autor: Dep. Jarbas Filho

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação e ao Diretor-Presidente da Pernambuco Participações e Investimentos S.A – PERPART no sentido de providenciarem a regularização do saldo remanescente das 155 unidades habitacionais, construídas no conjunto habitacional Vila das Lavadeiras 2, pelo Serviço Social Agamenon Magalhães - S.S.A.M, no bairro de Areias, no município do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5866/2024
Autor: Dep. Jarbas Filho

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação e ao Diretor-Presidente da Pernambuco Participações e Investimentos S.A – PERPART no sentido de providenciarem a regularização do saldo remanescente das 290 unidades habitacionais, construídas no conjunto habitacional Vila das Lavadeiras 1, pelo Serviço Social Agamenon Magalhães - S.S.A.M, no bairro de Santo Amaro, no município do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5867/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na Rodovia PE-390, que liga os municípios de Floresta e Serra Talhada.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5868/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na Rodovia PE-285, em toda sua extensão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5869/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na Rodovia PE-320, principal via de acesso ao município de Flores, em toda sua extensão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5870/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na Rodovia PE-265, em toda sua extensão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5871/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem no sentido de viabilizarem o asfaltamento, roço do mato e instalação de sinalização vertical e horizontal, na Rodovia PE-340, única via de acesso ao município de Betânia, em toda sua extensão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5872/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, bem como a limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na Rodovia PE-422 até o acesso de ligação à BR-316, no município de Itacuruba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5873/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem a realização da Operação Tapa-Buraco, bem como a limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na Rodovia PE-219 que liga o município de Pesqueira ao Distrito de Cimbres.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5874/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, bem como a limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na Rodovia PE-483 que liga o município de Terra Nova até o acesso à BR-232, no município de Salgueiro.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5875/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem a conclusão das obras de pavimentação da PE-499, no trecho compreendido entre os municípios de Terra Nova e Cabrobó.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5876/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-304, em toda sua extensão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5877/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-292, em toda sua extensão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5878/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-647, situada no município de Petrolina, em toda sua extensão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5879/2024
Autor: Dep. France Hacker

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado de Pernambuco no sentido de viabilizarem a implantação de uma Academia das Cidades com equipamentos voltados para os idosos no Distrito de Frexeiras, no município de Escada.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5880/2024
Autor: Dep. France Hacker

Apelo ao Superintendente Regional do DNIT no sentido de instalar uma lombada eletrônica na PE-09, Via de contorno dos Carneiros, nas mediações do Condomínio das Correntes de frente a sementeira em Tamandaré/PE.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5881/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na Rodovia PE-350, situada no município de Triunfo, em toda sua extensão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5882/2024
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas no sentido de incluírem o município de Jaboatão dos Guararapes, no Programa 0415 - Promoção da Política de Prevenção às Drogas e do cuidado aos usuários.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5883/2024
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas no sentido de incluírem o município de Recife, no Programa 0415 - Promoção da Política de Prevenção às Drogas e do cuidado aos usuários.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5884/2024
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas no sentido de incluírem o município de Olinda, no Programa 0415 - Promoção da Política de Prevenção às Drogas e do cuidado aos usuários.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5885/2024
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas no sentido de incluírem o município de Camaragibe, no Programa 0415 - Promoção da Política de Prevenção às Drogas e do cuidado aos usuários.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5886/2024
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas no sentido de incluírem o município de Ipojuca, no Programa 0415 - Promoção da Política de Prevenção às Drogas e do cuidado aos usuários.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5887/2024
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas no sentido de incluírem o município do Cabo de Santo Agostinho, no Programa 0415 - Promoção da Política de Prevenção às Drogas e do cuidado aos usuários.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5888/2024
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas no sentido de incluírem o município de Vitória de Santo Antão, no Programa 0415 - Promoção da Política de Prevenção às Drogas e do cuidado aos usuários.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5889/2024
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas no sentido de incluírem o município de Moreno, no Programa 0415 - Promoção da Política de Prevenção às Drogas e do cuidado aos usuários.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5890/2024
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas no sentido de incluírem o município de Igarassu, no Programa 0415 - Promoção da Política de Prevenção às Drogas e do cuidado aos usuários.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5891/2024
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas no sentido de incluírem o município de Petrolina no Programa 0415 - Promoção da Política de Prevenção às Drogas e do cuidado aos usuários.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5892/2024
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas no sentido de incluírem o município de Paulista no Programa 0415 - Promoção da Política de Prevenção às Drogas e do cuidado aos usuários.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5893/2024
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas no sentido de incluírem o município de Caruaru no Programa 0415 - Promoção da Política de Prevenção às Drogas e do cuidado aos usuários.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5894/2024
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas no sentido de incluírem o município de Abreu e Lima, no Programa 0415 - Promoção da Política de Prevenção às Drogas e do cuidado aos usuários.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5895/2024
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas no sentido de incluírem o município de Amaraji no Programa 0415 - Promoção da Política de Prevenção às Drogas e do cuidado aos usuários.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5896/2024
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas no sentido de incluírem o município de Escada no Programa 0415 - Promoção da Política de Prevenção às Drogas e do cuidado aos usuários.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5897/2024
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas no sentido de incluírem o município de Itapissuma no Programa 0415 - Promoção da Política de Prevenção às Drogas e do cuidado aos usuários.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5898/2024
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas no sentido de incluírem o município de Itamaracá, no Programa 0415 - Promoção da Política de Prevenção às Drogas e do cuidado aos usuários.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5899/2024
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas no sentido de incluírem o município de Buique, no Programa 0415 - Promoção da Política de Prevenção às Drogas e do cuidado aos usuários.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5900/2024
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas no sentido de incluírem o município de Tamandaré no Programa 0415 - Promoção da Política de Prevenção às Drogas e do cuidado aos usuários.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5901/2024
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas no sentido de incluírem o município de Rio Formoso no Programa 0415 - Promoção da Política de Prevenção às Drogas e do cuidado aos usuários.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5902/2024
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas no sentido de incluírem o município de São Lourenço da Mata no Programa 0415 - Promoção da Política de Prevenção às Drogas e do cuidado aos usuários.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5903/2024
Autor: Dep. Mário Ricardo

Apelo à Governadora do Estado e ao Presidente do Grande Recife Consorcio de Transporte no sentido de ampliarem o número de ônibus e reduzir os intervalos das viagens do ônibus que faz a linha nº 1969 - Itapissuma/Igarassu para atender a população do município de Itapissuma nos feriados e fins de semana.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5904/2024
Autor: Dep. Mário Ricardo

Apelo à Governadora do Estado no sentido de promover por Ato de Bravura o Major Eduardo Lopes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5905/2024**Autor: Dep. Mário Ricardo**

Apelo à Governadora do Estado e ao Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco no sentido de criar gratificação de Mergulhador Operacional – GMOp – do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5906/2024**Autor: Dep. Romero Sales Filho**

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação e ao Presidente da Pernambuco Participações e Investimentos S/A- Perpart no sentido de providenciarem, com máxima urgência, a regularização fundiária da Vila do Campo, situada na cidade de Ipojuca, reconhecendo o direito de propriedade e posse das famílias residentes naquela localidade.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5907/2024**Autor: Dep. Eriberto Filho**

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas de Pernambuco no sentido de criarem o Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a fim de aderirem ao Plano Nacional Novo Viver sem Limites do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania do Governo Federal.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única da Indicação nº 5908/2024**Autor: Dep. France Hacker**

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura de Pernambuco e ao Diretor Presidente do DER/PE no sentido de viabilizarem a retomada da obra do recapeamento asfáltico da PE-09, conhecida como via de contorno dos Carneiros, no Trecho que compreende o trecho que liga a supracitada rodovia da PE-76, até a Ponte do Rosalvo Ramos Rocha, sobre o Rio Ariquindá dando especial atenção ao trecho que passa de frene ao bairro do Oiteiro, no Município de Tamandaré.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única do Requerimento nº 1832/2024**Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho**

Voto de Aplausos a Senhora Rênya Carla Medeiros da Silva, ex-Prefeita de Passira, atual Coordenadora de Planejamento e Gestão do ITERPE, por seu trabalho voltado ao desenvolvimento de Passira e de todo o Estado de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única do Requerimento nº 1833/2024**Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho**

Voto de Aplausos a Senhora Jordana da Silva Sobral Costa, Bombeira Militar, pelo seu devotado trabalho em benefício do povo pernambucano, salvando vidas e protegendo comunidades em momentos de graves ocorrências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única do Requerimento nº 1834/2024**Autora: Dep. Socorro Pimentel**

Voto de Aplausos a estudante araripinense Giovana Ferreira Silva, pela nota máxima na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2023.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única do Requerimento nº 1835/2024**Autora: Dep. Socorro Pimentel**

Voto de Aplausos ao Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira - IMIP, devido a marca de 300 transplantes de coração, ao longo de 12 anos, realizados pela instituição.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única do Requerimento nº 1836/2024**Autora: Dep. Socorro Pimentel**

Voto de Contratações com o Senado da República, pela comemoração dos seus 200 anos de criação, celebrados no dia 25 de março de 2024.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única do Requerimento nº 1837/2024**Autora: Dep. Débora Almeida**

Voto de Aplausos à Marcela Almeida, poetista são-bentense, pelo lançamento de sua obra "Versos que Contam Histórias".

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única do Requerimento nº 1838/2024**Autora: Dep. Rosa Amorim**

Voto de Aplausos à pernambucana Micheline Américo da Silva, por sua memorável dissertação de mestrado com o tema "Expressões do Machismo na Assembleia Legislativa de Pernambuco: barreiras enfrentadas por mulheres deputadas na atuação parlamentar na Legislatura 2019-2023", por sua alta significação nacional.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única do Requerimento nº 1839/2024**Autor: Dep. Fabrizio Ferraz**

Voto de Congratulações com o município de Betânia pela passagem de seus 62 anos de emancipação política, que foram comemorados no dia 19 de março.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única do Requerimento nº 1840/2024**Autora: Dep. Rosa Amorim**

Voto de Aplausos a Iyalorixá Zélia de Oyá e ao Babalorixá Alan de Oxalá, representantes do Ilê Àse Oya T'Ògún Dewa, em homenagem ao Dia Nacional das Raízes de Matrizes Africanas e Nações de Candomblé, comemorado no dia 21 de março.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única do Requerimento nº 1841/2024**Autora: Dep. Rosa Amorim**

Voto de Aplausos a Iyalorixá Beth de Oxum, representante do Ilê Axé Oxum Kare – Roça Riacho de Prata, em homenagem ao Dia Nacional das Raízes de Matrizes Africanas e Nações de Candomblé, comemorado no dia 21 de março.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Discussão Única do Requerimento nº 1842/2024**Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins**

Solicita que seja realizada uma Reunião em caráter Solene no dia 25 de abril de 2024, em homenagem aos profissionais Técnicos Industriais pela sexto aniversário de criação do Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT).

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/03/2024

Pareceres

PARECER Nº 002869/2024

Comissão de Administração Pública

Projeto de Lei Ordinária Nº 1385/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel, alterado pela Emenda Supressiva nº 01/2024, apresentada pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

EMENTA: PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1385/2023 Com a emenda supressiva nº 01/2024 que Institui a Política Estadual de Educação Profissional e Tecnológica no Estado de Pernambuco, articulada com o Plano Nacional de Educação, e dá outras providências. RECEBEU A Emenda Supressiva nº 01/2024. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO PROPOSTO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Administração Pública, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária Nº 1385/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel, com a Emenda Supressiva nº 01/2024, apresentada pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

O Projeto de Lei em questão institui a Política Estadual de Educação Profissional e Tecnológica no Estado de Pernambuco, articulada com o Plano Nacional de Educação, e dá outras providências.

A proposição principal foi apreciada inicialmente pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria. Naquela comissão, foi apresentada a Emenda Supressiva nº 01/2024, a fim de retirar o inciso VIII do artigo 2º do projeto, sob pena de indevida ingerência em matéria que deve ficar a cargo do Poder Executivo Estadual. Cabe agora a este colegiado discutir o mérito da demanda.

2. Parecer do Relator

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, tem esta Comissão de Administração o múnus de discutir e avaliar o mérito do conteúdo das proposições que lhes são distribuídas. Para tanto, deve levar sempre em consideração o interesse público, concedendo parecer favorável sempre que julgar que a matéria atenda ao bem comum.

A proposição em análise em análise, que institui a Política Estadual de Educação Profissional e Tecnológica no Estado de Pernambuco, articulada com o Plano Nacional de Educação, tem como objetivo fomentar a expansão da oferta de educação profissional e tecnológica em instituições públicas e privadas, instituindo parâmetros para a atuação governamental nesta seara de políticas públicas.

Cabe ressaltar que as políticas de governo são instrumentos utilizados para comunicar políticas públicas específicas a partir da definição de ações administrativas e orçamentárias reunidas para facilitar sua execução e gerenciamento.

Nesse contexto, a meritória proposição estabelece importante medida legislativa de promoção do ensino profissional no Estado de Pernambuco. No entanto, as iniciativas propostas não criam uma Política, mas estabelecem objetivos a serem contemplados quando da criação de políticas públicas direcionadas à promoção de mais oportunidade de ensino técnico associado ao ensino básico.

Sendo assim, com o intuito de tornar mais clara a proposição e garantir sua aplicabilidade, propõe-se o Substitutivo a seguir:

SUBSTITUTIVO Nº 01/2024, AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1385/2023

Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1385/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel.

Artigo único. O Projeto de Lei Ordinária nº 1385/2023 passa a ter a seguinte redação:

"Institui objetivos e diretrizes para a promoção da educação profissional e tecnológica no Estado de Pernambuco.

Art. 1º Esta Lei estabelece diretrizes e objetivos para a promoção da educação profissional e tecnológica no Estado de Pernambuco.

Art. 2º A educação profissional e tecnológica no Estado de Pernambuco terá como objetivos:

I - facilitar o acesso dos estudantes ao mercado de trabalho;

II - promover a cidadania, propiciando o desenvolvimento humano, a formação profissional e tecnológica e a formação cidadã;

III - fomentar a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentáveis.

Art. 3º As políticas públicas de promoção do ensino profissional e tecnológico do Estado de Pernambuco observarão as seguintes diretrizes:

I - fomento à expansão da oferta de educação profissional e tecnológica em instituições públicas e privadas, consideradas as necessidades regionais;

II - estímulo à realização contínua de estudos e de projetos inovadores que articulem a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica às necessidades do mundo do trabalho;

III - participação ativa do setor produtivo na formação e na empregabilidade dos egressos da educação profissional e tecnológica;

IV - articulação entre as instituições formadoras, o setor produtivo e os órgãos públicos responsáveis pela política de educação profissional e tecnológica;

V - integração curricular entre cursos e programas como forma de viabilizar itinerários formativos e trajetórias progressivas de formação profissional e tecnológica;

VI - fomento à capacitação digital na educação profissional e tecnológica, de forma a promover a especialização em tecnologias e aplicações digitais; e

VII - atuação conjunta entre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e as secretarias estaduais de educação ou órgãos equivalentes responsáveis pela formação profissional e tecnológica.

Art. 4º A implementação e a gestão de políticas públicas voltadas à promoção do ensino técnico e profissional serão regulamentadas pelo Poder Executivo, que definirá as estratégias, planos, programas e projetos, bem como os critérios e procedimentos para a sua execução, acompanhamento, avaliação e atualização, observadas as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios, acordos e outros instrumentos congêneres com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, visando à cooperação técnica e financeira para a implementação das ações previstas nesta Lei.

Art. 6º O Poder Executivo promoverá, no âmbito de sua competência, a integração e a articulação entre os órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal, e entre estes e as instituições públicas e privadas de ensino profissional e tecnológico, visando à implementação, gestão e avaliação das políticas públicas voltadas à promoção do ensino técnico e profissional.

Art. 7º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Pelas razões expostas neste Parecer, esta relatoria entende que o Projeto de Lei Ordinária nº 1385/2023, está em condições de ser aprovado por este colegiado técnico nos termos do Substitutivo proposto.

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária nº 1385/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel, nos termos do Substitutivo proposto por esta Comissão de Administração Pública, restando prejudicada a Emenda Supressiva nº 01/2024, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Sala de Comissão de Administração Pública, em 26 de Março de 2024

	Joaquim Lira Presidente	
	Favoráveis	Luciano Duque Eriberto Filho
Joãozinho TenórioRelator(a) Waldemar Borges		
	(REPUBLICADO)	

PARECER Nº 002903/2024**AO SUBSTITUTIVO Nº 01/2024 DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 520/2023**

Origem: Poder Legislativo
Autor do Substitutivo: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autor do Projeto: Deputada Socorro Pimentel

Parecer ao Substitutivo Nº 01/2024 do Projeto de Lei Ordinária Nº 520/2023, que altera a Lei nº 17.377, de 8 de setembro de 2021, a fim de incluir diretrizes e instrumentos para o combate ao assédio e à violência política contra mulheres. Atendidos os preceitos legais e regimentais. **No mérito, pela aprovação.**

1. Relatório

Em cumprimento ao previsto no art. 109 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o Substitutivo nº 01/2024, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 520/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel, foi distribuído a esta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular.

A proposição original foi analisada inicialmente quanto aos requisitos de admissibilidade, legalidade e constitucionalidade, tendo recebido na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Substitutivo nº 01/2023, apresentado com o objetivo de incluir os termos da propositura na Lei Estadual nº 17.377/2021 já em vigor, que trata de matéria análoga.

Cumprindo o trâmite legislativo, este Colegiado Técnico deve então avaliar a conveniência da proposição, que altera a Lei nº 17.377, de 8 de setembro de 2021, a fim de incluir diretrizes e instrumentos para o combate ao assédio e à violência política contra mulheres.

2. Parecer do Relator**2.1. Análise da Matéria**

Nos termos dos art. 110 do Regimento Interno da Alepe, compete a esta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular manifestar-se sobre matérias relacionadas, dentre outras coisas, à violência, aos direitos do cidadão, da criança, do adolescente, da pessoa com deficiência e do idoso, à discriminação por motivos diversos, ao sistema penitenciário e direitos dos detentos, aos direitos das comunidades indígenas e à proteção a testemunhas.

De acordo com a Unicef, os direitos humanos são normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos e regem o modo como os seres humanos individualmente vivem em sociedade e entre si, bem como sua relação com o Estado e as obrigações que o Estado tem em relação a eles. Tais direitos são universais, inalienáveis e indivisíveis.

A Constituição Federal de 1988 consagra como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Sendo assim, este Colegiado deve analisar se as proposições sobre as quais opina contribuem para a promoção desses valores fundamentais do nosso Estado Democrático de Direito. De acordo com a proposta:

“Art. 1º A Lei nº 17.377, de 8 de setembro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

Parágrafo único. A presente Lei inclui os dispositivos necessários para combater a violência política de gênero, articulando áreas como saúde, assistência social, direitos humanos, inovação e tecnologia. (AC)

.....

Art. 6º-A. Ficam estabelecidas as seguintes diretrizes para o combate ao assédio e à violência política contra mulheres: (AC)

I - promoção da igualdade de gênero e da participação política das mulheres; (AC)

II - prevenção, punição e erradicação de todas as formas de violência política contra mulheres; (AC)

III - promoção de campanhas educativas e de conscientização; e (AC)

IV - fomento à criação de ambientes seguros e inclusivos para mulheres no âmbito político e profissional. "" (AC)

Nota-se que o projeto se adequa à noção de promoção da cidadania e dos direitos humanos, haja vista que fortalece a defesa dos direitos das mulheres, por meio da busca de garantia de igualdade, de participação política, de não discriminação e de combate à violência de gênero.

Ante o exposto, esta relatoria opina pela aprovação do Substitutivo Nº 01/2024 ao Projeto de Lei Ordinária Nº 520/2023.

3. Conclusão da Comissão

Com base no parecer fundamentado do relator, este Colegiado considera que o Substitutivo Nº 01/2024, proposto pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária Nº 520/2023, de autoria da deputada Socorro Pimentel, está em condições de ser aprovado.

Sala de Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 26 de Março de 2024

	Dani Portela Presidente	
	Favoráveis	Pastor Junior Tercio
Dani PortelaRelator(a) João Paulo		
	(REPUBLICADO)	

PARECER Nº 002947/2024**AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1765/2024**

Origem: Poder Executivo do Estado de Pernambuco
Autoria: Governadora do Estado de Pernambuco

Parecer ao Projeto de Lei Ordinária nº 1765/2024, que pretende alterar a Lei nº 14.474, de 16 de novembro de 2011, que dispõe sobre a organização dos serviços do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife – STPP/RMR e autoriza o Poder Público a delegar a

sua execução, para prorrogar o prazo de vigência do modelo de remuneração por oferta de serviços públicos de transporte de passageiros. **Pela aprovação.**

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1765/2024, oriundo do Poder Executivo, encaminhado por meio da Mensagem nº 07, datada de 21 de março de 2024 e assinada pela Exma. Sra. Governadora do Estado de Pernambuco, Raquel Teixeira Lyra Lucena.

A proposta visa promover uma alteração na Lei nº 14.474, de 16 de novembro de 2011, especificamente no que diz respeito ao prazo de vigência da concessão de subsídios ou antecipação de créditos. Esses benefícios são concedidos em caso de eventual necessidade de cobertura da diferença entre a receita auferida pelas tarifas e os custos associados à efetiva prestação dos serviços.

A alteração sugerida estende o prazo máximo de vigência desse modelo de remuneração, passando de 30 de dezembro de 2023 para 31 de dezembro de 2026. Além disso, o projeto prevê que a lei tenha efeitos retroativos a 31 de dezembro de 2023

Na justificativa apresentada junto com o Projeto, a autora da proposição afirma que “a prorrogação proposta no presente Projeto de Lei é medida transitória e necessária para permitir a sustentabilidade financeira do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife (STPP/RMR) e, por consequência, para manter a frota das operadoras autorizadas com qualidade e regularidade do serviço prestado”.

2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada no artigo 19, *caput*, da Constituição Estadual e no artigo 223, inciso II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

De acordo com os artigos 97 e 100 desse Regimento, compete a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação emitir parecer sobre o presente projeto de lei quanto à compatibilidade ou adequação orçamentárias.

O Projeto de Lei em apreciação propõe a extensão do prazo de vigência do modelo de remuneração por oferta de serviços públicos de transporte de passageiros. A alteração proposta pelo projeto de lei refere-se à extensão do prazo para a aplicação do modelo de remuneração por oferta de serviços, conforme descrito no Art. 17-A da Lei nº 14.474/2011.

Esse modelo é caracterizado pelo pagamento de subsídio ou antecipação de créditos necessários para cobrir a diferença entre a receita das tarifas e os custos associados à prestação dos serviços.

Assim, no que tange à temática desta Comissão, percebe-se que a prorrogação de prazo para a concessão de subsídio pode acarretar em aumento de despesas públicas para o Estado, tendo em vista que essas despesas poderiam não estar previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) e nas metas fiscais estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Ademais, é preciso considerar que o aumento de dispêndios decorrente da aprovação do projeto é uma despesa obrigatória de caráter continuado, conforme definido no art. 17 da LRF, já que pode fixar para o Estado a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Nesse caso, a proposta demanda a observância das condições estabelecidas nos artigos 16 e 17 da Lei Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), quais sejam:

- Estimativa do impacto orçamentário-financeiro (art. 16, I e art. 17, § 1º);
- Premissas e metodologia de cálculo (art. 16, § 2º e art. 17, § 4º);
- Declaração do ordenador da despesa da adequação orçamentária e financeira com as leis orçamentárias (art. 16, inciso II e art. 17, § 4º);
- Demonstrativo da origem de recursos (art. 17, § 1º).

Em atendimento às condições, foi encaminhada documentação, assinada pelo

Diretor Presidente do Grande Recife Consórcio de Transporte Metropolitano.

a. Estimativa do impacto orçamentário-financeiro:

O documento indica que o projeto possui repercussão financeira no presente exercício financeiro e nos dois subsequentes, conforme quadro a seguir:

2024	2025	2026
R\$ 145.574.793,38	R\$ 151.211.760,60	R\$ 159.597.224,26

b. Premissas e metodologia de cálculo utilizadas:

De acordo com o documento, “estima-se que o impacto orçamentário seja de R\$ 456.383.778,24 (quatrocentos e cinquenta e seis milhões, trezentos e oitenta e três mil, setecentos e setenta e oito reais e vinte e quatro centavos), considerando que a tarifa pública seja reajustada pelo IPCA do ano imediatamente anterior, a partir de 2025, e prevendo uma atualização dos custos operacionais pelo IGP-M a cada ano, ambos os índices de acordo com as projeções do Boletim Focus do Banco Central do Brasil de 09/02/2024”.

c. Declaração do ordenador da despesa da adequação orçamentária e financeira com as leis orçamentárias:

A declaração, subscrita pelo Diretor Presidente do Grande Recife Consórcio de Transporte Metropolitano, Matheus Silva de Freitas, afirma que o aumento de despesa decorrente do projeto de lei possui “adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias”.

d. Demonstrativo da origem de recursos:

O documento ainda esclarece que os recursos para a cobertura das despesas decorrentes da presente proposição para o exercício de 2024 estão consignados nas seguintes programações orçamentárias:

- Função 15 : Urbanismo;
- Subfunção 122 : Administração Geral;
- Programa 0450 : Apoio Gerencial e Tecnológico para o Desenvolvimento Sustentável;
- Ação 4691 : Gestão das atividades do Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife – CTM;
- Subação: 2115 (Aquisição de Crédito de Vale Transporte para a Manutenção do STPP);
- Fonte de Recursos: 0500 (Recursos não Vinculados de Impostos);
- Categoria Econômica: 3 (Despesas Correntes);
- Grupo de Despesa: 3 (Outras Despesas Correntes);
- Modalidade de Aplicação: 90 (Aplicação Direta);
- Elemento de Despesa: 39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica).

Tendo em vista as informações disponibilizadas, percebe-se que o projeto de lei ora analisado atende aos requisitos formais exigidos pela LRF. Dessa forma, as inovações propostas possuem compatibilidade com a legislação orçamentária, financeira e tributária, conforme demonstrado acima.

Portanto, fundamentado no exposto, e considerando a inexistência de conflitos com a legislação pertinente, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1765/2024, oriundo do Poder Executivo.

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação delibera pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1765/2024, de iniciativa da Governadora do Estado de Pernambuco.

Sala de Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em 27 de Março de 2024

	Débora Almeida Presidente	
	Favoráveis	Izaías Régis Diogo Moraes Sileno GuedesRelator(a)
João de Nadeji Luciano Duque Rodrigo Farias Socorro Pimentel		

Ata de Comissão

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2024.

Às onze horas e quinze minutos do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte três, reuniu-se a Comissão de Saúde e Assistência Social da Assembleia Legislativa de Pernambuco, sob a presidência do Deputado Adalto Santos, com a presença dos Deputados Abimael Santos e Gilmar Júnior. Havendo quórum regimental, o presidente iniciou a reunião, saudou a todos, apresentou a ATA da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o presidente fez a distribuição por bloco das seguintes proposições: Proposta de Emenda à Constituição nº 09/2023, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, da Deputada Delegada Gleide Ângelo, da Deputada Simone Santana, da Deputada Socorro Pimentel e do Deputado Sileno Guedes. Ementa: Altera a redação do art. 223 da Constituição do Estado de Pernambuco. Relatoria do Deputado Gilmar Junior; Proposta de Emenda à Constituição nº 011/2023, de autoria da Deputada Dani Portela. Ementa: Altera a Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de instituir o Orçamento da Igualdade Racial. Relatoria do Deputado Gilmar Junior; Projeto de Lei Ordinária nº 1643/2024, de autoria da Deputada Rosa Amorim. Ementa: Altera a Lei nº 18.085, de 28 de dezembro de 2022 que institui a Política Estadual de Valorização da Mulher no Campo e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Alessandra Vieira, a fim de incluir dentre os objetivos o fomento do uso de equipamentos de proteção individual (EPI) específicos para as mulheres. Relatoria do Deputado Gilmar Junior; Projeto de Lei Ordinária nº 1645/2024, de autoria da Deputada Rosa Amorim. Ementa: Estabelece diretrizes para a capacitação de profissionais da segurança pública em relação à violência contra a mulher no ambiente virtual no estado do Pernambuco. Relatoria do Deputado Gilmar Junior; Projeto de Lei Ordinária nº 1646/2024, de autoria do Deputado Gilmar Junior. Ementa: Cria o Protocolo de Enfrentamento ao Sofrimento Fetal Agudo e Crônico em Hospitais e Unidades Obstétricas de rede pública e privada no Estado de Pernambuco. Relatoria do Deputado Gilmar Junior; Projeto de Lei Ordinária nº 1647/2024, de autoria do Deputado Gilmar Junior. Ementa: Estabelece normas para assegurar a manutenção contínua do atendimento de crianças traqueostomizadas e com patologias de vias aéreas na Rede Pública Estadual e dá outras providências. Relatoria do Deputado Gilmar Junior; Projeto de Lei Ordinária nº 1648/2024, de autoria do Deputado Joel da Harpa. Ementa: Dispõe sobre a internação humanizada de pessoas com dependência química e/ou transtornos mentais no Estado de Pernambuco, e dá outras providências. Relatoria do Deputado Gilmar Junior; Projeto de Lei Ordinária nº 1651/2024, de autoria da Deputada Rosa Amorim. Ementa: Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual da Criança e do Adolescente. Relatoria do Deputado Gilmar Junior; Projeto de Lei Ordinária nº 1654/2024, de autoria do Deputado William Brígido. Ementa: Institui o Programa Pro-Nascituro, que consiste na adoção de Medidas de Educação e Conscientização Antiaborto. Relatoria do Deputado Gilmar Junior; Projeto de Lei Ordinária nº 1655/2024, de autoria do Deputado William Brígido. Ementa: Dispõe sobre o cadastro de aconselhamento genético no Estado de Pernambuco. Relatoria do Deputado Gilmar Junior; Projeto de Lei Ordinária nº 1657/2024, de autoria do Deputado Pastor Junior Tercio. Ementa: Inclui no Programa de Prevenção e Combate à Dengue, o Método Wolbachia como diretriz complementar de controle biológico de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue e de outras Doenças Tropicais. Relatoria do Deputado Gilmar Junior; Projeto de Lei Ordinária nº 1658/2024, de autoria do Deputado Gilmar Junior. Ementa: Autoriza a Prescrição de Medicamentos e Solicitação de Exames de rotina pelo Profissional de Enfermagem nível superior nas unidades assistenciais públicas de saúde no Estado de Pernambuco. Relatoria do Deputado Gilmar Junior; Projeto de Lei Ordinária nº 1660/2024, de autoria do Deputado Pastor Junior Tercio. Ementa: Obriga a rede pública e privada de Saúde, em Pernambuco, a oferecer leite ou ala separada para as mães de natimorto e/ou mães com óbito fetal. Relatoria do Deputado Gilmar Junior; Projeto de Lei Ordinária nº 1661/2024, de autoria do Deputado Pastor Junior Tercio. Ementa: Proíbe a participação de crianças e adolescentes em eventos de cunho sexual, com bebidas alcoólicas e drogas, em todo o território do Estado de Pernambuco. Relatoria do Deputado Gilmar Junior; Projeto de Lei Ordinária nº 1663/2024, de autoria da Deputada Rosa Amorim. Ementa: Altera a Lei nº 11.751, de 3 de abril de 2000, que dispõe sobre a composição alimentar da merenda escolar distribuída a rede pública de escolas, no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei da Deputada Teresa Duere, a fim de dispor sobre a inclusão da batata doce biofort. Relatoria do Deputado Gilmar Junior; Projeto de Lei Ordinária nº 1666/2024, de autoria da Deputada Simone Santana. Ementa: Dispõe sobre a criação do Relatório Anual Socioeconômico da Primeira Infância no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências. Relatoria do Deputado Abimael Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 1668/2024, de autoria do Deputado Gilmar Junior. Ementa: Autoriza o Profissional de Enfermagem de nível superior a implantação da Classificação de Risco e Manejo do paciente com suspeita de Dengue no Estado de Pernambuco. Relatoria do Deputado Abimael Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 1676/2024, de autoria do Deputado William Brígido. Ementa: Institui o Programa de Prevenção da Dengue nas Escolas da rede pública e privada no Estado de Pernambuco, e dá outras providências. Tramitação conjunta com Projeto de Lei Ordinária nº 1680/2024, de autoria do Deputado Edson Vieira. Ementa: Cria o Programa de Prevenção da Dengue nas Escolas da rede pública e privada do Estado de Pernambuco e dá outras providências. Tramitação conjunta com Projeto de Lei Ordinária nº 1676/2024, de autoria do Deputado William Brígido. Relatoria do Deputado Abimael Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 1677/2024, de autoria do Deputado Gilmar Júnior. Ementa: Altera a Lei nº 14.789, de 1º de outubro de 2012, que institui no âmbito do Estado de Pernambuco a Política Estadual da Pessoa com Deficiência, a fim de incluir as pessoas diagnosticadas com Ceratocone. Relatoria do Deputado Abimael Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 1678/2024, de autoria do Deputado Gilmar Junior. Ementa: Define normas básicas para o funcionamento de estabelecimentos que prestam atendimento integral institucional a idosos no Estado de Pernambuco e dá outras providências. Relatoria do Deputado Abimael Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 1679/2024, de autoria do Deputado Abimael Santos. Ementa: Dispõe sobre a regulamentação do poder de fiscalização sobre os recursos, serviços e obras públicas, mesmo que prestados por entidades e empresas privadas com recursos públicos, no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências; Relatoria do Deputado Abimael Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 1682/2024, de autoria do Deputado Edson Vieira. Ementa: Cria o Protocolo de Prevenção e Detecção de Distúrbios Alimentares nas escolas públicas e privadas do Estado de Pernambuco. Relatoria do Deputado Abimael Santos. Projeto de Lei Ordinária nº 1683/2024, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo. Ementa: Institui a Política Estadual de Empoderamento da Mulher no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências. Relatoria do Deputado Abimael Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 1684/2024, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo. Ementa: Institui a Política Estadual de Formação e Capacitação Continuada de Mulheres para o Mercado de Trabalho no Estado de Pernambuco. Relatoria do Deputado Abimael Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 1687/2024, de autoria da deputada Socorro Pimentel. Ementa: Obriga a publicação, na internet, de informações relativas aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) em Pernambuco, e dá outras providências. Relatoria do Deputado Abimael Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 1688/2024, de autoria da Deputada Socorro Pimentel. Ementa: Institui as diretrizes para a Política Estadual de Atenção Integral às Imunodeficiências Primárias, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências. Relatoria do Deputado Abimael Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 1690/2024, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo. Ementa: Cria a Política Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado de Pernambuco. Relatoria do Deputado Abimael Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 1691/2024, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo. Ementa: Altera a Lei nº 14.542, de 19 de dezembro de 2011, que institui a nova política de incentivo aos atletas, denominada Bolsa-Atleta, no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de assegurar às atletas, paratletas e atletas-guia, gestantes ou puérperas, a continuidade do recebimento do benefício. Relatoria do Deputado Abimael Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 1692/2024, de autoria do Deputado Eriberto Filho. Ementa: Determina a divulgação de cartilhas institucionais nos estabelecimentos assistenciais e de saúde, públicos ou privados, do Estado de Pernambuco. Relatoria do Deputado Abimael Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 1693/2024, de autoria do Deputado Eriberto Filho. Ementa: Altera a Lei nº 13.462, de 9 de junho de 2008, que dispõe sobre critérios para a contratação de empresas para execução de serviços terceirizados com a Administração Pública do Estado, e dá outras providências, a fim de incluir a prioridade de contratação de mão-de-obra para pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, síndrome de Down e doenças raras. Relatoria do Deputado Abimael Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 1696/2024, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho. Ementa: Institui a Política Estadual de Conscientização da Visão Monocular no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências. Relatoria do Deputado Abimael Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 1697/2024, de autoria do Deputado Gilmar Junior. Ementa: Cria o Programa de Saúde Mental, Prevenção de Depressão e outras patologias mentais para Pais e Cuidadores de Pessoas com Deficiência no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências. Relatoria do Deputado Abimael Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 1698/2024, de autoria do Deputado Gilmar Junior. Ementa: Estabelece diretrizes para a criação do Cadastro Estadual de Mães Atípicas, em sítio eletrônico de Secretaria de Estado que indica e dá outras providências. Relatoria do Deputado Abimael Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 1699/2024, de autoria do Deputado Gilmar Junior. Ementa: Obriga a realização do Teste da Bochechinha em recém-nascidos, na forma que especifica, em todas as unidades de parto em Pernambuco. Relatoria do Deputado Abimael Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 1700/2024, de autoria do Deputado João de Nadeqi. Ementa: Obriga a exibição de propaganda educativa sobre o Transtorno do Espectro Autista-TEA em espetáculos artísticos-culturais e esportivos que tenham recebido recursos financeiros do Governo do Estado de Pernambuco. Relatoria do Deputado Abimael Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 1701/2024, de autoria do Deputado João de Nadeqi. Ementa: Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de conscientização sobre a Fissura Labiopalatina. Relatoria do Deputado Abimael Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 1706/2024, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho. Ementa: Altera a Lei nº 11.297, de 26 de dezembro de 1995, que cria o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e dá outras providências, a fim de incluir o Combate à Depressão na infância e na Adolescência. Relatoria do Deputado Abimael Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 1707/2024, de autoria do Deputado Gilmar Junior. Ementa: Altera a Lei nº 18.436, de 27 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a criação do Banco de Dados e Cadastro de Pessoas com Deficiência do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado João Paulo Costa, a fim de incluir diretrizes para o incentivo e inclusão dos trabalhadores com deficiência. Relatoria do Deputado Abimael Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 1709/2024, de autoria do Deputado Mário Ricardo. Ementa: Estabelece prioridade de atendimento às mães e/ou responsáveis desacompanhados de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos órgãos públicos, estabelecimentos comerciais e instituições financeiras no Estado de Pernambuco. Relatoria do Deputado Abimael Santos; Projeto de Lei Ordinária nº 1711/2024, de autoria do Deputado Gilmar Junior. Ementa: Altera a Lei nº 14.561, de 26 de dezembro de 2011, que institui no âmbito do Poder Executivo, a Política Estadual sobre Drogas e dá outras providências, a fim de inserir dispositivos para Redução de Riscos e Danos. Relatoria do Deputado Sileno Guedes; Projeto de Lei Ordinária nº 1712/2024, de autoria do Deputado Gilmar Junior. Ementa: Obriga a disponibilização, em sítio eletrônico da Secretaria Estadual de Defesa Social, de Guia Intersetorial de Orientações em Saúde Mental para Policiais e Bombeiros Militares e para Servidores da Polícia Civil de Pernambuco. Relatoria do Deputado Sileno Guedes; Projeto de Lei Ordinária nº 1718/2024, de autoria do Deputado Jeferson Timóteo. Ementa: Dispõe sobre o acolhimento em hotéis e pousadas da rede privada, no Estado de Pernambuco, de mulheres vítimas de violência doméstica e de seus filhos e dá outras providências. Relatoria do Deputado Sileno Guedes; Projeto de Lei Ordinária nº 1721/2024, de autoria do Deputado Gilmar Junior. Ementa: Obriga a cobertura por lona, capa ou material assemelhado em reservatórios de águas de empresas de concessão pública, de estabelecimentos públicos e/ou de uso misto e de empreendimentos privados em áreas urbanas, condominiais, de ensino, de saúde, de serviço, industriais e de logística em Pernambuco e dá outras providências. Relatoria do Deputado Sileno Guedes; Projeto de Lei Ordinária nº 1722/2024, de autoria do Deputado Gilmar Junior. Ementa: Institui a Política Estadual de Controle e Avaliação da Qualidade da Assistência à Saúde prestada pela Iniciativa Pública e Privada em Pernambuco. Relatoria do Deputado Sileno Guedes. Projeto de Lei Ordinária nº 1726/2024, de autoria da Deputada Socorro Pimentel. Ementa: Institui a Política Estadual de Prevenção, Detecção Precoce e Tratamento do Câncer de Pênis no Estado de Pernambuco e dá outras providências. Relatoria do Deputado Sileno Guedes; Projeto de Lei Ordinária nº 1727/2024, de autoria da Deputada Socorro Pimentel. Ementa: Altera a Lei nº 15.653, de 26 de novembro de 2015, que impõe sanções aos estabelecimentos comerciais e de entretenimento que permitirem ou fizerem apologia à pedofilia e à exploração sexual de crianças e adolescentes e dá outras providências, originada de

projeto de lei de autoria do Deputado Lucas Ramos, a fim de assegurar a fiscalização dos estabelecimentos pelos membros do Conselho Tutelar. Relatoria do Deputado Sileno Guedes; Projeto de Lei Ordinária nº 1728/2024, de autoria do Deputado Gilmar Junior. Ementa: Autoriza ao Profissional de Enfermagem de Nível Superior a realizar o procedimento da punção arterial para gasometria e/ou instalação de cateter intra-arterial para monitorização da pressão arterial invasiva em pacientes, no Estado de Pernambuco. Relatoria do Deputado Sileno Guedes; Projeto de Lei Ordinária nº 1730/2024, de autoria do Deputado France Hacker. Ementa: Dispõe sobre campanha de conscientização e prevenção aos riscos dos cigarros eletrônicos à saúde das crianças e adolescentes nas escolas públicas do Estado de Pernambuco, e dá outras providências. Relatoria do Deputado Sileno Guedes; Projeto de Lei Ordinária nº 1733/2024, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho. Ementa: Cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Visão Monocular no âmbito do Estado de Pernambuco. Relatoria do Deputado Sileno Guedes; Projeto de Lei Ordinária nº 1740/2024, de autoria do Deputado Gilmar Junior. Ementa: Cria a Política Estadual de Valorização dos Profissionais da Saúde em Pernambuco e dá outras providências. Relatoria do Deputado Sileno Guedes; Projeto de Lei Ordinária nº 1741/2024, de autoria da Deputada Socorro Pimentel. Ementa: Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política de Atenção à Saúde Reprodutiva da Mulher Soropositiva e Prevenção da Transmissão Vertical do HIV e dá outras providências; Relatoria do Deputado Sileno Guedes; Projeto de Lei Ordinária nº 1742/2024, de autoria do Deputado Gilmar Junior. Ementa: Altera a Lei nº 12.928, de 30 de novembro de 2005, que institui o Sistema de Comunicação e Cadastro de Pessoas Desaparecidas e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Sérgio Leite, a fim de acrescentar parâmetros de notificação sobre pessoas desaparecidas acolhidas em abrigos e albergues no Estado de Pernambuco. Relatoria do Deputado Sileno Guedes; Projeto de Lei Ordinária nº 1743/2024, de autoria do Deputado Gilmar Junior. Ementa: Altera a Lei nº 17.768, de 3 de maio de 2022, que institui a Política Estadual de Atendimento à Gestante no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado William Brígido, a fim de inserir mecanismos de conscientização sobre a saúde mental perinatal. Relatoria do Deputado Sileno Guedes; Projeto de Lei Ordinária nº 1744/2024, de autoria do Deputado José Patriota. Ementa: Altera a Lei Complementar nº 28, de 4 de janeiro de 2000, que cria o Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco, a fundação de direito público que o administrará, denomina a Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE, cria os Fundos que lhe serão adstritos, respectivamente, Fundo de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPREV, e Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAFIN, ambos com natureza previdenciária, e determina providências pertinentes, a fim de incluir dispositivo no tocante à aposentadoria do servidor com deficiência. Relatoria do Deputado Sileno Guedes; Projeto de Lei Ordinária nº 1749/2024, de autoria do Deputado William Brígido. Ementa: Altera a Lei nº 18.173, de 12 de junho de 2023, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Reeducação Reflexiva dos Autores de Violência Doméstica e Familiar e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Socorro Pimentel, a fim de incluir princípios e diretrizes. Relatoria do Deputado Sileno Guedes; Projeto de Lei Ordinária nº 1751/2024, de autoria do Deputado France Hacker. Ementa: Determina a contratação de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em empresas que recebam incentivos fiscais, no âmbito do Estado do Pernambuco. Relatoria do Deputado Sileno Guedes; Projeto de Lei Ordinária nº 1752/2024, de autoria do Deputado France Hacker. Ementa: Prioriza a realização de exame de mamografia em mulheres de 40 a 70 anos e com histórico familiar de câncer de mama e ou nódulos em toda a rede de saúde pública do Estado de Pernambuco; Relatoria do Deputado Sileno Guedes; Projeto de Lei Ordinária nº 1753/2024, de autoria do Deputado France Hacker. Ementa: Institui o Programa Mães na Escola. Relatoria do Deputado Sileno Guedes; Projeto de Lei Ordinária nº 1754/2024, de autoria do Deputado France Hacker. Ementa: Obriga a disponibilização, no ato da matrícula escolar, de formulário para denúncia de violência doméstica familiar e contra a mulher, nas unidades de ensino da rede pública e privada no Estado de Pernambuco. Relatoria do Deputado Sileno Guedes; Projeto de Lei Ordinária nº 1755/2024, de autoria da Deputada Socorro Pimentel. Ementa: Altera a Lei nº 15.498, de 14 de maio de 2015, que obriga os estabelecimentos comerciais que especifica, indicarem nos cartões os alimentos que contêm alta concentração de sódio, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins, a fim de incluir a necessidade de indicação da presença de glúten, lactose, leite, peixe, oleaginosas, corantes, soja, ovo e crustáceos nos alimentos comercializados. Relatoria do Deputado Sileno Guedes. Na sequência o presidente da CSAS, Deputado Adalto Santos passou para a etapa de discussão dos pareceres aos Projetos de Lei, seno eles: Substitutivo nº 01/2024, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, à Proposta de Emenda à Constituição nº 9/2023, de autoria Ex-Deputado Rodrigo Novaes, Deputada Delegada Gleide Ângelo, da Deputada Simone Santana, da Deputada Socorro Pimentel e do Deputado Sileno Guedes que altera o art. 223 da Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de incluir como dever do Estado a promoção de políticas específicas voltadas à redução da morbimortalidade materna e infantil, a atenção integral à gestão, parto e puerpério, o estímulo à alfabetização das gestantes e a proteção social e segurança alimentar e nutricional da mãe e da criança. Relatoria do Deputado Gilmar Junior. Parecer aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 17/2023 em tramitação conjunta com os Projetos de Lei Ordinária nºs 428/2023, 468/2023, 498/2023, 516/2023, 519/2023, 525/2023, 526/2023, 527/2023, 528/2023, 529/2023, 695/2023, 1151/2023, 1220/2023, 1457/2023, 80/2019, de autoria dos deputados João Paulo Costa, Simone Santana, William Brígido, Simone Santana, Pastor Cleiton Collins, Antônio Coelho, Gilmar Júnior, Abimael Santos, Gilmar Junior, Romero Albuquerque, Deputada Socorro Pimentel, Adalto Santos, Henrique Queiroz Filho, Nino de Enoque, Joel da Harpa, Pastor Cleiton Collins, respectivamente. Ementa: Cria o Programa Permanente de Prevenção de Violência Escolar no âmbito das escolas públicas da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências. Regime de urgência – Requerimento nº 411/2023. Que na ausência do Deputado Izaias Régis a proposição foi redistribuída para o Deputado Abimael Santos. Parecer aprovado por unanimidade; Substitutivo nº 02/2023, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 59/2023, de autoria Deputado Romero Sales Filho, que recebeu a Emenda de Redação nº 01/2024, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, que altera a Lei Nº 17.202, de 8 abril de 2021, que dispõe sobre a disponibilização de ferramentas dotadas de tecnologia assistiva para o atendimento da pessoa com deficiência auditiva nos hospitais privados, no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado João Paulo Costa, a fim de incluir a presença de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras nos estabelecimentos de saúde que indica. Que na ausência do Deputado Joel da Harpa a proposição foi redistribuída para o Deputado Gilmar Junior. Parecer aprovado por unanimidade; Substitutivo Nº 01/2024, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, aos Projetos de Lei Ordinária Nº 479/2023 e Nº 1130/2023, de autoria do deputado Gilmar Junior e da deputada Delegada Gleide Ângelo, que cria o Programa Estadual de Apoio à Mulher Mastectomizada, no âmbito da rede pública estadual de saúde do Estado de Pernambuco. Que na ausência do Deputado Cleber Chaparral a proposição foi redistribuída para o Deputado Abimael Santos. Parecer aprovado por unanimidade; Substitutivo nº 01/2024, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 730/2023, de autoria Deputada Delegada Gleide Ângelo, que altera a Lei nº 14.789, de 1º de outubro de 2012, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual da Pessoa com Deficiência, a fim de classificar como deficiência auditiva a surdez unilateral. Que na ausência do Deputado Izaias Régis a proposição foi redistribuída para o Deputado Gilmar Junior. Parecer aprovado por unanimidade; Substitutivo nº 01/2023, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária Nº 937/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel, que altera a Lei Nº 18.107, de 28 de dezembro de 2022, que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Criança e o Adolescente no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, a fim de ampliar a abrangência da política e de estabelecer o direito ao atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes com pais ou responsáveis legais presos em regime fechado. Relatoria do Deputado Gilmar Junior. Parecer aprovado por unanimidade; Substitutivo nº 01/2023, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária Nº 958/2023, de autoria do Deputado William Brígido, que altera a Lei nº 16.356, de 8 de maio de 2018, que dispõe sobre a isenção para atletas e espectadores de baixa renda, do pagamento de taxa de inscrição ou de ingresso de bilheteria, em eventos esportivos realizados em áreas, vias, equipamentos ou estabelecimentos de domínio do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Bispo Ossesio Silva, a fim de determinar isenção total da inscrição dos atletas com deficiência e isenção parcial da inscrição dos atletas guias em eventos esportivos públicos ou que recebam apoio ou emprego de recursos públicos. Que na ausência do Deputado Cleber Chaparral a proposição foi redistribuída para o Deputado Abimael Santos. Parecer aprovado por unanimidade. Após as distribuições e discussões dos Projetos de Lei em pauta, o presidente do Colegiado, deputado Adalto Santos fez um registro sobre o Dia Mundial do combate à tuberculose celebrado no último domingo, 24/03, e a importância da ampliação do debate sobre o tema para reduzir a incidência de casos em nosso Estado. Na sequência, a palavra foi facultada ao Deputado Gilmar Junior, que cumprimentou a todas e todos presentes e parabenizou a iniciativa da CSAS em trazer o informe de extrema relevância, demonstrando assim que a Comissão e o presidente também estão preocupados com a saúde do estado. Como enfermeiro, o deputado relatou que não poderia deixar de registrar a importância dos profissionais da enfermagem no cuidado e combate à doença. Também pontuou que infelizmente moradores de comunidades carentes são a população mais vulnerável, uma vez que, quanto menor os condições, maiores são as chances de transmissão. Por fim, destacou que os pacientes com HIV também são muito suscetíveis ao contágio, demonstrando como a doença é sazonal. Não havendo mais nenhum assunto na pauta, agradeceu a participação de todos e todas, encerrando a reunião informando que a próxima será convocada através de edital a ser publicada no Diário Oficial. Para registro, segue a presente ata para publicação no Diário Oficial, após assinada, sem rasuras ou ressalvas.

Portaria

PORTARIA N.º 385/24

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite 003131/2024, do Deputado Gilmar Júnior,

RESOLVE: alterar e atribuir a gratificação de representação dos servidores, conforme planilha abaixo, a partir do dia 01 de abril de 2024, nos termos da Lei nº 11.641/99, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 13.245/07, 15.161/13, 15.985/17, 16.579/19 e 18.150, de 25 de abril de 2023.

NOME	Cargo/ Símbolo	Percentual Atual (DE)	Novo Percentual (PARA)
MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS	Assessor Especial Adjunto/PL-ASCA	120%	18,20%
MARIA JOSE DE LIMA	Assessor Especial Adjunto/PL-ASCA	120%	18,20%
RAFAEL BARBOSA	Assessor Especial/PL-ASC	90%	38%
SIDNEY ARAUJO SOUZ	Assessor Especial/PL-ASC	80%	120%
FABIANA CRISTINA OLIVEIRA DE CARVALHO	Assessor Especial/PL-ASC	0%	55%
MARIA DA GLORIA RIBEIRO NEVES	Assessor Especial/PL-ASC	85,50%	38%
SILVANA RENATA DA SILVA REGO DOS SANTOS	Assessor Especial/PL-ASC	85,50%	38%
GABRIELLA MARIA VERAS SOARES	Chefe de Gabinete/PL-CGC	85,20%	85,19%

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Em, 27 de março de 2024.

Deputado **GUSTAVO GOUVEIA**
Primeiro Secretário